



Organização
Internacional
do Trabalho



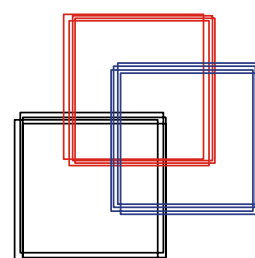
The MasterCard
Foundation

Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil

Gustavo Venturi e Danilo Torini

Dezembro 2014

Programa de Emprego Jovem
Departamento de Política de Emprego



Work4Youth Série de publicações No. 25

Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil

Gustavo Venturi e Danilo Torini

Organização Internacional do Trabalho • Genebra

Dezembro de 2014

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, 2014
Primeira edição 2014

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho têm a proteção dos direitos de autor em virtude do protocolo n.º 2, anexo à Convenção Universal para a Proteção dos Direitos de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada.

Todos os pedidos de autorização de reprodução ou tradução devem ser remetidos às Publicações do BIT (Direitos e Licenças), Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, ou através do correio eletrónico: pubdroit@ilo.org. Tais pedidos serão sempre bem recebidos.

As bibliotecas, instituições e outros utilizadores registados numa organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Dados de Catalogação OIT

Venturi, Gustavo e Torini, Danilo

Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil / Gustavo Venturi e Danilo Torini; Organização Internacional do Trabalho. - Genebra: OIT, 2014

Work4Youth Publication Series; No 25, ISSN: 2309-6780 ; 2309-6799 (web pdf)

International Labour Office

juventude emprego / desemprego juvenil / transição da escola para o trabalho / jovens trabalhadores / condições de trabalho / dados / metodologia / Brasil

13.01.3

Cover design by: Creative Cow

As designações constantes das publicações do BIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não refletem necessariamente o ponto de vista do Bureau Internacional do Trabalho, relativamente à condição jurídica de determinado país, área ou território, ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

As opiniões expressas em artigos, estudos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a sua publicação não vincula o Bureau Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas.

A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e processos, ou a sua omissão, não implica da parte do Bureau Internacional do Trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho podem ser adquiridas nas principais livrarias ou nos Escritórios locais do BIT. Também podem solicitar-se catálogos ou listas de novas publicações através da seguinte morada: Publicações do BIT, Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, pelo nosso endereço electrónico: pubvente@ilo.org ou ainda no site:

Impressão pelo Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça.

Prefácio

A juventude é um momento crucial da vida, em que os jovens começam a perceber as suas aspirações, assumindo sua independência econômica e buscando seu lugar na sociedade. A crise global de emprego agravou a vulnerabilidade dos jovens em termos de: i) aumento do desemprego, sub-emprego e condições precárias de inserção no mercado de trabalho; ii) empregos de menor qualidade para aqueles que encontram trabalho, iii) maior desigualdade no mercado de trabalho entre os diferentes grupos de jovens, iv) transições da escola para o trabalho mais longas e inseguras, e v) afastamentos prolongados do mercado de trabalho.

Em junho de 2012, a Conferência Internacional do Trabalho da OIT resolveu tomar medidas urgentes para combater a crise sem precedentes de emprego para os jovens, através de uma abordagem multifacetada, orientada para o crescimento pró-emprego e para a criação de trabalho decente. A resolução “A crise de emprego dos jovens: uma chamada para a ação”, contém um conjunto de conclusões que constituem um modelo para formatar estratégias nacionais de emprego para jovens¹. Ela clama por maior coerência das políticas e ações sobre o emprego dos jovens em todo o sistema multilateral. Em paralelo, o Secretário-Geral da ONU destacou a juventude como um dos cinco imperativos geracionais a serem abordados através da mobilização de todos os recursos humanos, financeiros e políticos disponíveis para a Organização das Nações Unidas (ONU). Como parte dessa agenda, a ONU desenvolveu um Plano Sistemático de Ação para a Juventude, com o emprego dos jovens como uma das principais prioridades, para fortalecer os programas de jovens em todo o sistema das Nações Unidas.

A OIT apoia os governos e os parceiros sociais na formulação e implementação de propostas integradas de política de emprego. Como parte desse trabalho, a OIT procura fortalecer a capacidade das instituições a nível nacional e local para realizar análises baseadas em evidências que alimentem o diálogo social e o processo de elaboração de políticas públicas. Para apoiar os Estados membros na construção de uma base de conhecimentos sobre o emprego de jovens, a OIT criou o programa internacional de pesquisa sobre a Transição da Escola para o mundo do Trabalho (TET).

O presente relatório, que apresenta os resultados da pesquisa realizada numa amostra representativa composta por 3.288 questionários aplicados a jovens no Brasil, é um produto do Projeto “Work4Youth”, fruto de uma parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard, envolvendo a participação de 28 países. O objetivo principal do projeto é realizar pesquisas sobre o tema da transição da escola para o trabalho, com o objetivo de contribuir para a elaboração de políticas públicas e para a implementação de atividades e estratégias por parte dos parceiros sociais.

O Brasil, a partir de meados dos anos 2000, tem experimentado um processo de redução das taxas de desemprego, aumento da renda e formalização do mercado de trabalho tanto em termos gerais quanto para os/as jovens. No entanto, a juventude brasileira continua enfrentando grandes desafios em todas essas áreas e, inclusive, no processo de transição da escola para o trabalho em condições de trabalho decente. As

¹ O texto integral da resolução 2012 *A crise do emprego dos jovens: A chamada para a ação* pode ser encontrada no site da OIT: http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/101stSession/texts-adopted/WCMS_185950/lang--en/index.htm.

condições de inserção no mercado de trabalho para os/as jovens apresentam condições desiguais às dos adultos, tanto em termos de salários e horas trabalhadas quanto nas taxas de informalidade, apontando para a necessidade não apenas de aumentar as oportunidades, mas também a qualidade, das opções de emprego e trabalho para a juventude brasileira. Ao mesmo tempo, permanece o desafio de continuar aumentando e melhorando as condições educacionais, como ponto de partida da construção de trajetórias de trabalho decente.

Em resposta a este quadro, vem se desenvolvendo no Brasil, a partir de 2009, um processo privilegiado de construção de uma visão integrada em relação a essas questões, através da elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), no âmbito do Subcomitê da Juventude do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Esta Agenda é fruto de um importante processo de diálogo social entre diversos órgãos do governo federal, organizações de empregadores e de trabalhadores e outras representações da juventude, como o CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude). Em muitas áreas definidas como prioritárias pela Agenda, é possível observar avanços importantes alcançados nos últimos anos.

No processo de preparação da pesquisa TET no Brasil e com o objetivo de garantir a relevância e a utilização dos dados produzidos por essa pesquisa, foi criado um Comitê Consultivo que tem contribuído na adequação do questionário padrão para a realidade brasileira e no acompanhamento da realização da pesquisa. Esse Comitê contou com a participação das seguintes instituições: Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência (SNJ-SG/PR), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

No momento atual, em que está sendo elaborado em forma tripartite e consensuada um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, como mecanismo de implementação da ANTdj, reforça-se a necessidade de contar com dados novos e análises detalhadas sobre a realidade e as necessidades da juventude brasileira, especialmente tendo em vista a grande heterogeneidade das suas situações, bem como a diversidade dos percursos e das transições entre as oportunidades educativas e o mundo do trabalho. Os resultados da pesquisa TET, através da parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard, são uma contribuição valiosa para informar a elaboração e adequação das políticas públicas no Brasil em prol dos/das jovens brasileiros/as para fazer um bom começo no mundo do trabalho e em todas as fases futuras da vida.

Azita Berar Awad
Diretora
Departamento de Políticas de Emprego

Lais Abramo
Diretora
Escritório Nacional para o Brasil

Conteúdos

	<i>Pág</i>
Prefácio	iii
Conteúdos	v
Agradecimentos	ix
1. Introdução.....	1
1.1 Visão geral.....	1
1.2 Estrutura do relatório.....	1
2. Visão geral do mercado de trabalho e metodologia da pesquisa	2
2.1 O contexto socioeconômico e o mercado de trabalho no Brasil.....	2
2.2 A juventude na força de trabalho.....	7
2.2.1 Perfil do emprego (ocupação).....	7
2.3 Transição Escola-Trabalho: Objetivos e metodologia da pesquisa	8
2.3.1 Objetivo principal e desenvolvimento da pesquisa	8
2.3.2 Universo e amostra.....	8
3. Características da juventude na pesquisa TET	10
3.1 Características individuais da juventude	10
3.2 Escolaridade	14
3.3 Preparação para a transição escola-trabalho (características da juventude que ainda está estudando)	17
3.4 Características da juventude empregada	21
3.4.1 Características gerais dos empregados.....	21
3.4.2 O emprego assalariado	24
3.4.3 Trabalhadores por conta-própria.....	26
3.4.4 Os jovens empregadores	26
3.4.5 Horas trabalhadas.....	30
3.4.6 Outros indicadores de qualidade do emprego	30
3.4.7 Segurança e satisfação.....	35
3.5 Características do desemprego juvenil	35
3.6 Características da juventude fora da força de trabalho (a juventude inativa).....	40
4. Etapas da transição	42
4.1 Conceitos e definições.....	42
4.2 Etapas da transição por diferentes características socioeconômicas	44
4.3 Caminhos e duração da transição	48
5. Principais conclusões e implicações para as políticas públicas:	50
Referências.....	55

Anexo I. Definições das estatísticas do mercado de trabalho	57
Tabelas	
2.1 Pessoas de 15 anos ou mais de idade por condição de atividade, Brasil, 2009 e 2013.....	3
2.2 Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013.....	5
2.3 População ocupada por categoria da ocupação, Brasil, 2013	6
2.4 Condição de ocupação juvenil (15-29), Brasil, 2013.....	7
2.5 Distribuição da força de trabalho juvenil (15-29) por sexo, 2013	8
2.6 Distribuição da força de trabalho juvenil (15-29) por área (urbana/rural), 2013.....	8
3.1 População jovem por região geográfica.....	10
3.2 Distribuição da população jovem por-natureza administrativa e localização geográfica do município de residência	10
3.3 Sempre morou no município atual e se sim, sempre na mesma área (urbana ou rural)?	11
3.4 Tipo de migração	11
3.5 Motivo de migração, por área (urbana/rural).....	12
3.6 População jovem, por cor/raça e área (urbana/rural)	13
3.7 População jovem, por situação conjugal, grupo de idade e sexo.....	13
3.8 População jovem que já frequentou a escola	14
3.9 Frequência à escola, por grupos de idade e sexo	14
3.10 Motivos de ter abandonado a escola, por área (urbana/rural) e sexo.....	15
3.11 Nível de escolaridade, por grupos de idade, área (urbana/rural)	16
3.12 Plano após concluir o atual nível de estudos, por sexo.....	20
3.13 Como desejaria trabalhar no futuro se pudesse decidir livremente, por sexo.....	20
3.14 Condição na ocupação, por área (urbana/rural) e sexo	21
3.15 Nível de estudos concluído pela população ocupada, por sexo	22
3.16 Distribuição de emprego entre jovens por setor, do nível de 1 dígito e por sexo (%)	22
3.17 Posição na ocupação, por sexo	23
3.18 Tipo de instituição/lugar em que trabalha, por sexo.....	24
3.19 Tipo de contrato ou acordo e tempo de contratação, por sexo.....	25
3.20 Salários mensais médios de jovens assalariados, por sexo e nível educacional completado (em R\$)	26
3.21 Motivo de trabalhar por conta-própria.....	26
3.22 Jovens empregadores, por registro da empresa e grupos de idade	27
3.23 Jovens empregadores, por área (urbana/rural) e sexo.....	28
3.24 Jovens empregadores, por cor/raça e por registro da empresa.....	28
3.25 Jovens empregadores, número de empregados e grupos de idade.....	29
3.26 Jovens empregadores, por nível de escolaridade e sexo	29
3.27 Principal fonte de recurso utilizado para iniciar o negócio atual.....	29
3.28 Principais grupos ISCO e níveis educacionais	33

3.29	Parcela de jovens trabalhadores excessivamente e insuficientemente qualificados, segundo as principais categorias ocupacionais (ISCO-08, %)	34
3.30	Jovens empregados que gostariam de mudar de trabalho, por motivo e sexo (%)	35
3.31	Desemprego entre jovens, definição estrita e ampliada, e desalento por sexo	36
3.32	Desocupados por procura de emprego nos últimos 30 dias, por sexo	37
3.33	Principais passos dados para arrumar emprego	38
3.34	Duração da busca por emprego, por sexo	39
3.35	Motivo de ter rejeitado o trabalho, por sexo	39
3.36	Desempregados por principais obstáculos para arrumar um emprego, por sexo (%)	40
3.37	Frequência à escola dos jovens inativos, por sexo	41
3.38	Nível de escolaridade dos jovens inativos, por sexo	41
3.39	Principal motivo de não ter tido disponibilidade de trabalhar, por sexo	42
4.1	Jovens de 15 a 29 anos, por etapas de transição e sexo	44
4.2	Situações específicas por etapas de transição	45
4.3	Etapas de transição por relação com a formação escolar	45
4.4	Etapas de transição por nível de escolaridade	45
4.5	Etapas de transição por grupos de idade	46
4.6	Etapas de transição por área (urbana/rural)	47
4.7	Etapas de transição por natureza do município	47
4.8	Etapas de transição por renda familiar mensal	47
4.9	Caminho e duração da transição (para transicionados)	49

Gráficos

2.1	Variação trimestral do PIB brasileiro, 2008 a 2013	2
2.2	Taxa de desemprego no país, 2004 a 2013	3
2.3	Nível de ocupação por Grandes Regiões, 2009 e 2013	4
2.4	Nível de ocupação por sexo e Grandes Regiões, 2013	4
2.5	Nível de ocupação por grupos de idade, Brasil, 2009 e 2013	5
2.6	Distribuição da população ocupada por categoria da ocupação, Brasil, 2009 e 2013	6
2.7	Características da população desocupada, Brasil, 2013	7
3.1	Há quanto tempo mora neste município	11
3.2	População economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa por situação de estudo e sexo	18
3.3	Maior grau de escolaridade que deseja alcançar, por sexo	19
3.4	Jovens empregadores, por registro da empresa e por sexo	27
3.5	Distribuição de emprego entre jovens por horas efetivamente trabalhadas por semana	30
3.6	Indicadores de mensuração da qualidade do emprego juvenil	32
3.7	Índices de desemprego entre jovens por nível educacional	37
4.1	Extensão da transição	49

Agradecimentos

Os trabalhos de campo e a construção do banco de dados da pesquisa Transição Escola-Trabalho (TET) no Brasil foram realizados pela ECO Assessoria em Pesquisas, com financiamento do projeto “Work4Youth”, uma parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard.

Os autores desejam agradecer aos membros da equipe Work4Youth da OIT – Yves Perardel e Werner Garate – pelo apoio técnico recebido ao longo dos vários estágios da pesquisa e da produção do relatório; a Sara Elder por coordenar o processo, bem como por suas contribuições ao texto; a Marco Minocri pela contribuição na tradução; e a Susan Divald por colaborar com a formatação. Agradecimentos sinceros a Laís Abramo e Anne Posthuma, respectivamente Diretora e Especialista Sênior em Emprego e Mercado de Trabalho do escritório da OIT no Brasil, por ajudarem na coordenação, organização e realização da pesquisa e por seus comentários nas várias versões deste estudo; e a Gianni Rosas, Coordenador do Programa de Emprego Jovem da OIT, por seu apoio consistente ao Projeto Work4Youth.

O processo de construção e elaboração do projeto de pesquisa no Brasil foi enriquecido pelas discussões, comentários técnicos e troca de experiências que surgiram das reuniões do Comitê Consultivo, composto por representantes do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A OIT gostaria de agradecer aos membros do Comitê Consultivo por sua participação ativa e pelas orientações recebidas na preparação do instrumento de pesquisa e durante o desenvolvimento da análise que segue.

Os resultados preliminares da pesquisa realizada em 2013 e o presente relatório foram disseminados e discutidos em reuniões do Comitê Consultivo nos dias 30 de abril e 2 de outubro de 2014. A OIT deseja agradecer aos participantes do Comitê Consultivo por sua validação dos resultados e pelo feedback dado sobre a relevância da pesquisa para informar a formulação e adequação futura de diversas políticas e programas para jovens no país. Os resultados da pesquisa já estão sendo utilizados como um dos insumos para o trabalho do Subcomitê da Juventude da Agenda Nacional de Trabalho Decente, de caráter tripartite, além de estarem sendo disseminados em outros foros voltados para o público acadêmico e de especialistas no tema.

Por fim, a OIT gostaria de agradecer pelo apoio recebido da Fundação MasterCard, que permitiu o avanço da pesquisa no âmbito da parceria Work4Youth.

1. Introdução

1.1 Visão geral

Como definido na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, a juventude brasileira é predominantemente trabalhadora e uma grande parcela dos jovens tem se esforçado para combinar trabalho e estudo (MTE, 2011). Em consonância com os dados levantados pelo Censo 2010 e em posteriores PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a presente pesquisa apontou que dois-terços dos/das jovens brasileiros/as de 15 a 29 anos está trabalhando ou procurando trabalho (apenas na faixa etária de 15 a 17 anos predominam os não economicamente ativos). Os mundos do estudo e do trabalho são antes complementares que excludentes (cerca de metade dos/das jovens que estudam também trabalham), havendo, em concomitância ao crescimento das taxas de escolaridade, forte disposição dos/das jovens, independentemente do nível de renda, em ingressarem no mercado de trabalho. Além disso, parte considerável da juventude brasileira concilia trabalho e/ou estudo com responsabilidades familiares, sobretudo as jovens, cuja maioria acima dos 20 anos de idade encontra-se em relações maritais (quase metade já na faixa dos 20 aos 24 anos e dois-terços das que tem entre 25 aos 29 anos).

Embora esteja havendo uma evolução positiva, ainda há grandes parcelas de jovens que sofrem a inatividade, o desemprego e a informalidade, especialmente entre os jovens de renda menor e pelos menos escolarizados. Embora apresentem níveis educacionais um pouco mais elevados que os dos homens, as mulheres jovens ainda recebem, em média, salários menores; a questão racial também suscita diferenças significativas no que se refere ao padrão de inserção no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 29 anos; os serviços públicos de suporte e acesso ao emprego ainda atingem muito pouco a população jovem rural, cujas estratégias de busca de trabalho ainda são mais tradicionais e dependentes da ajuda de amigos e parentes; as mulheres em geral, sobretudo as mais jovens (de 15 a 19 anos), indicam maior disposição para continuarem os estudos e adquirirem níveis de escolaridade mais elevados. Contudo, é também maior entre as mulheres (predominantemente mães) a proporção de jovens inativas que não estudam nem desejam trabalhar no futuro.

1.2 Estrutura do relatório

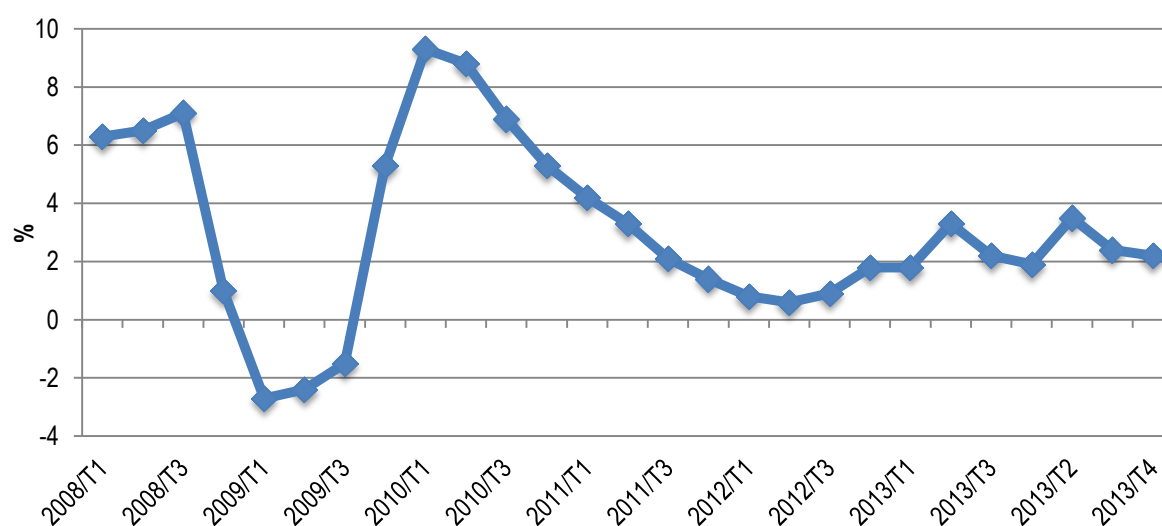
A seção 2 apresenta um breve contexto socioeconômico do Brasil recente, com foco sobre as características da juventude na força de trabalho, além de um detalhamento sobre a pesquisa Transição Escola-Trabalho (TET) realizada. Na seção seguinte, são analisados os principais resultados da pesquisa, buscando caracterizar a juventude ocupada, desocupada e inativa, bem como os principais traços que distinguem cada um desses grupos. A última seção, apresenta uma caracterização das diferentes etapas de transição dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, com o intuito de melhor compreender os caminhos e a duração de cada uma dessas etapas que envolvem a passagem da escola para o trabalho dos jovens no país.

2. Visão geral do mercado de trabalho e metodologia da pesquisa

2.1 O contexto socioeconômico e o mercado de trabalho no Brasil

A economia brasileira tem enfrentado recentemente um contexto de desaceleração. De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos três anos o PIB teve um crescimento tímido de 2,7 por cento (2011), 1 por cento (2012) e 2,5 por cento (2013), com tendência de queda ainda maior em 2014. Essas taxas são menores que a média geral observada na década de 2000 a 2010, quando, apesar de duas crises financeiras internacionais, o crescimento médio foi de 3,7 por cento ao ano.

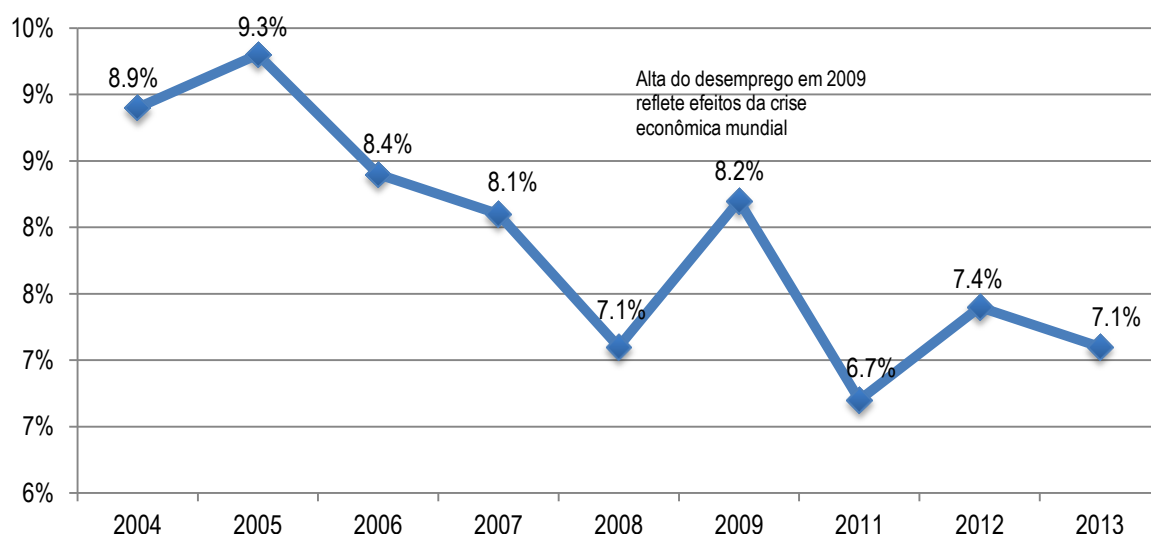
Gráfico 2.1 Variação trimestral do PIB brasileiro, 2008 a 2013



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

Embora o Brasil esteja enfrentando esse contexto de desaceleração econômica, os principais indicadores socioeconômicos do país continuam apresentando avanços nos últimos anos. O número de pessoas desempregadas, segundo a PNAD, caiu 19,8 por cento entre 2009 e 2013, passando de 8,4 milhões para 6,7 milhões. A taxa de desemprego, neste mesmo período, teve queda de 8,3 para 7,1 por cento, embora já tenha sido menor em 2011 (Gráfico 2.2). Em termos regionais, a região Sul foi a que apresentou em 2013 o menor índice de desemprego (4,0 por cento), mas as maiores quedas, entre 2009 e 2013, foram registradas nas regiões Centro-Oeste (de 7,7 para 5,7 por cento) e Sudeste (de 8,8 para 6,6 por cento). Já a Região Nordeste apresentou a maior taxa de desemprego em 2013 (8 por cento), seguida da Região Norte (7,3 por cento).

Gráfico 2.2 Taxa de desemprego no país, 2004 a 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

Considerando-se apenas as pessoas com idade ativa para trabalhar (15 anos ou mais), as taxas também são muito parecidas. A porcentagem de pessoas desocupadas caiu de 5,6 por cento em 2009 para 4,3 por cento em 2013 (Tabela 2.1). Não obstante, o nível de ocupação no Brasil sofreu uma pequena queda proporcional nos últimos anos, passando de 62,9 por cento em 2009 para 61,2 por cento em 2013. Isso se deve, principalmente, ao aumento do número de pessoas não economicamente ativas, que passou de 31,5 por cento em 2009 para 34,5 por cento em 2013 (Gráfico 2.3). A Região Sul possui a maior proporção de ocupados (66,0 por cento), seguida da região Centro-Oeste (65,2 por cento), Norte (62,8 por cento), Sudeste (62,1 por cento) e Nordeste (57,9 por cento).

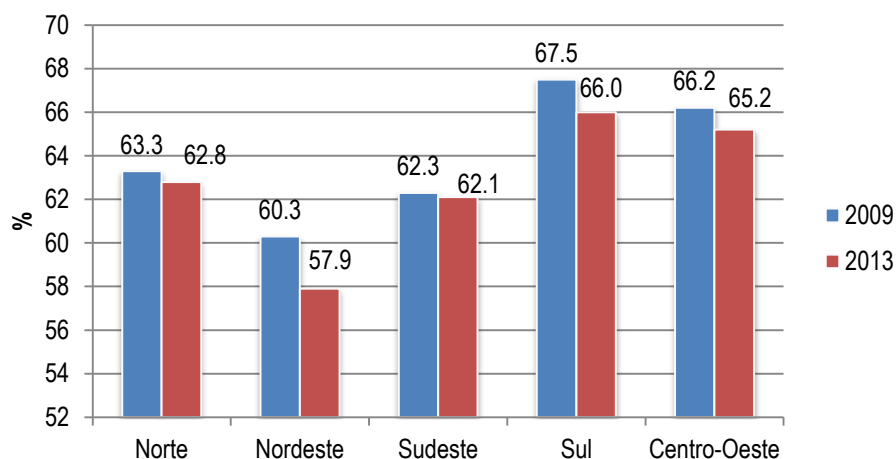
Tabela 2.1 Pessoas de 15 anos ou mais de idade por condição de atividade, Brasil, 2009 e 2013

	2009		2013	
	(em milhões)	(%)	(em milhões)	(%)
Total	145,3	100,0	154,1	100,0
Ocupadas	91,4	62,9	95,9	61,2
Desocupadas	8,2	5,6	6,6	4,3
Não economicamente ativas	45,7	31,5	54,1	34,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

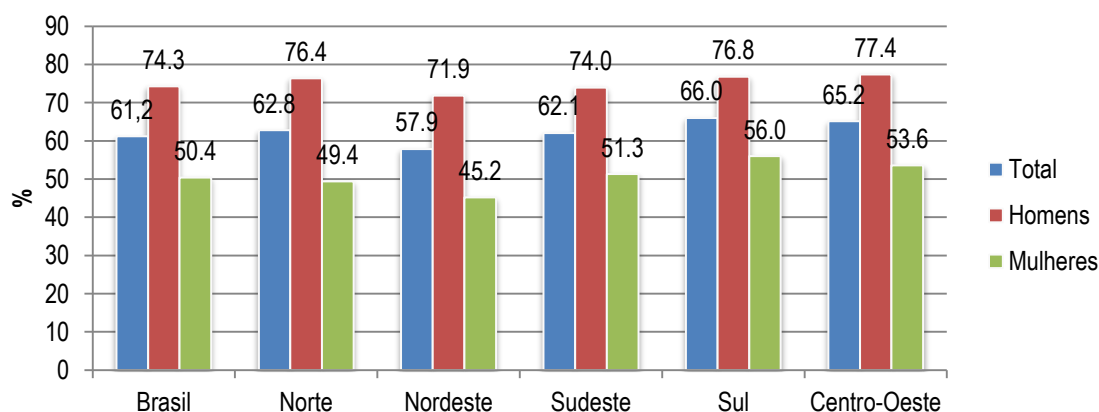
Os níveis de ocupação, contudo, possuem diferenças significativas quando comparados quanto ao sexo. Segundo a PNAD, a proporção de homens com 15 anos ou mais de idade ocupados no Brasil em 2013 era de 74,3 por cento, enquanto que a de mulheres chegava a 50,4 por cento (Gráfico 2.4). As regiões com maiores proporções de ocupados entre os homens são o Centro-Oeste (77,4 por cento) e o Sul (76,8 por cento), seguidas do Norte (76,4 por cento), Sudeste (74,0 por cento) e Nordeste (71,9 por cento). Já entre as mulheres, o maior nível de ocupação é observado no Sul (56,0 por cento), seguida do Centro-Oeste (53,6 por cento), Sudeste (51,3 por cento), Norte (49,4 por cento) e Nordeste (45,2 por cento).

Gráfico 2.3 Nível de ocupação por Grandes Regiões, 2009 e 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

Gráfico 2.4 Nível de ocupação por sexo e Grandes Regiões, 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

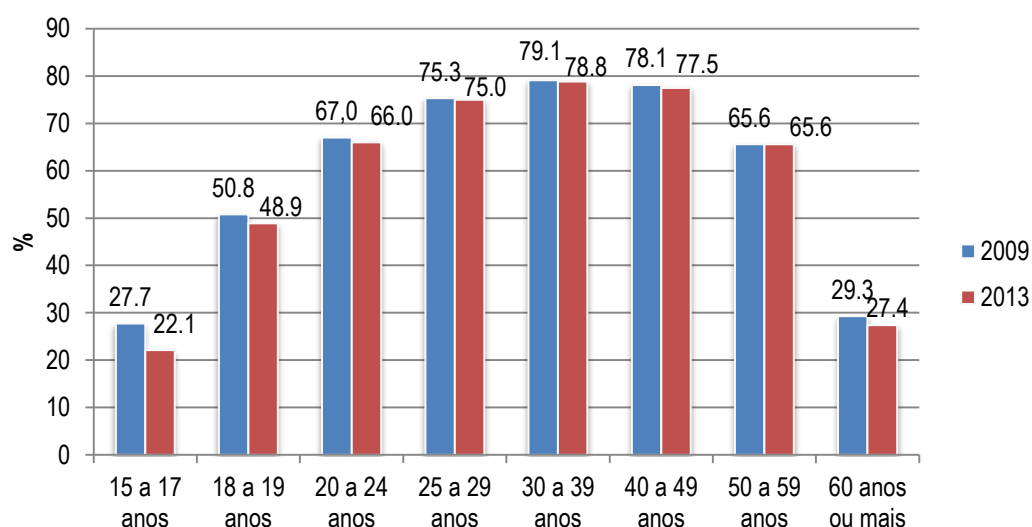
No que se refere aos grupos de idade, a taxa de participação dos adolescentes experimentou uma queda significativa (apenas 25 por cento dos jovens de 15 a 17 anos está trabalhando e procurando emprego no Brasil atualmente, que contrasta fortemente com a taxa em torno de 48 por cento na década de 1990). Em contrapartida, cresce a taxa de participação dos jovens de 20 a 29 anos de idade.

Com relação à taxa de ocupação, se apresentou uma queda em todas as faixas etárias entre 15 a 29 anos, segundo a PNAD 2013. Os maiores níveis de ocupação se encontram na faixa de 30 a 39 anos (78,8 por cento) e 40 a 49 anos (77,5 por cento). Entre os jovens, as taxas de ocupação atingem 75,0 por cento na faixa de 25 a 29 anos, 66,0 por cento entre 20 a 24 anos, 48,9 por cento entre 18 e 19 anos e 22,1 por cento na faixa dos 15 aos 17 anos de idade (Gráfico 2.5).

A queda da taxa de ocupação entre 2009 e 2013 deveu-se principalmente à queda da taxa de participação mencionada em cima, forte o suficiente para superar o efeito da redução da taxa de desemprego. Ou seja, a economia criou empregos, mas a um ritmo mais lento do que a taxa de crescimento da população em idade de trabalhar, mas ainda

assim, foi possível reduzir a taxa de desemprego, porque uma maior proporção da população optou por não participar do mercado de trabalho.

Gráfico 2.5 Nível de ocupação por grupos de idade, Brasil, 2009 e 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

No que diz respeito à distribuição dos ocupados de acordo com a quantidade de anos de estudo, a variação entre as PNADs de 2009 e 2013 aponta uma diminuição da proporção de ocupados com menor escolaridade e um aumento de ocupados com escolaridade mais elevada. A proporção de ocupados que possuem de 1 a 3 anos de estudo sofreu queda de 2,2 pontos percentuais e a dos que possuem 4 a 7 anos de escolaridade caiu 3,3 pontos percentuais (Tabela 2.2). Por outro lado, cresceu 5,7 pontos percentuais na população ocupada a participação dos que estudaram 11 anos ou mais.

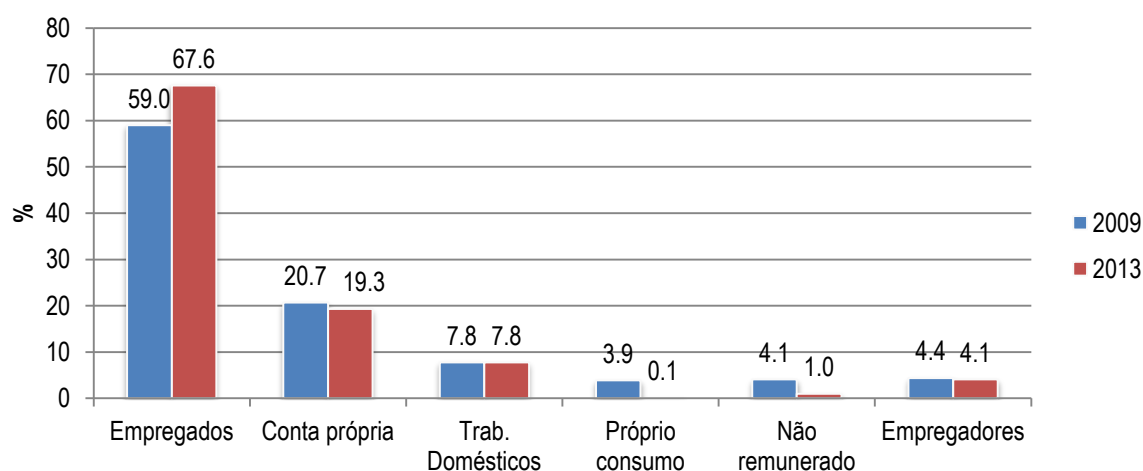
Tabela 2.2 Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013

Anos de estudo	2009 (%)	2013 (%)	2013 (em milhões)	Var (pontos perc) 2009/2013
Sem instrução e menos de 1 ano	7,8	7,1	6,8	-0,7
1 a 3 anos	8,9	6,7	6,5	-2,2
4 a 7 anos	22,7	19,4	18,6	-3,3
8 a 10 anos	16,7	17,0	16,3	0,3
11 anos ou mais	43,7	49,4	47,4	5,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

A comparação entre as PNADs 2009 e 2013 aponta aumento do trabalho assalariado, em detrimento das demais categorias de posição na ocupação. O Brasil tem quase 7 em cada 10 ocupados (67,6 por cento) trabalhando como empregados (crescimento de 8,6 pontos percentuais em relação a 2009), 19,3 por cento como conta própria, 7,8 por cento como trabalhadores domésticos, 0,1 por cento como trabalhadores na produção para o próprio consumo, 1,0 por cento como não-remunerados e 4,1 por cento como empregadores (Gráfico 2.6 e Tabela 2.3).

Gráfico 2.6 Distribuição da população ocupada por categoria da ocupação, Brasil, 2009 e 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

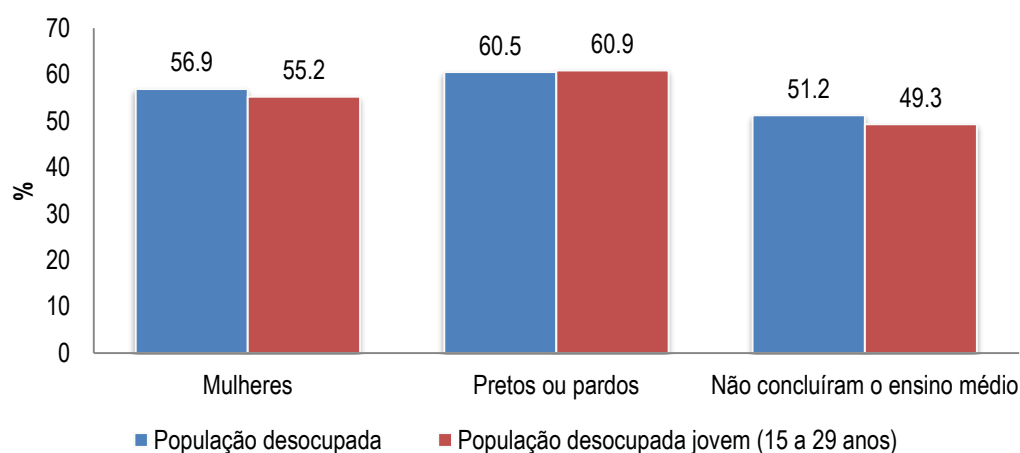
Tabela 2.3 População ocupada por categoria da ocupação, Brasil, 2013

Grupamento de atividade	2013 (em milhões)	Var (pontos perc.) 2009/2013
Empregados	56,7	8,6
Conta própria	19,6	-1,4
Trabalhadores domésticos	6,6	0,0
Próprio consumo	3,6	-3,8
Não remunerado	2,7	-3,1
Empregadores	3,1	-0,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

Com relação, por sua vez, à população desocupada no país, os principais grupos atingidos, segundo a PNAD, eram as mulheres (com uma proporção de desocupação de 56,9 por cento na população geral e 55,2 por cento entre os jovens de 15 a 29 anos), os pretos ou pardos (60,5 por cento em geral e 60,9 por cento entre os jovens) e os que não concluíram o Ensino Médio (com taxa de desocupação de 51,2 por cento em geral e 49,3 por cento entre os jovens) (Gráfico 2.7). É importante salientar que, embora o nível de desocupação tenha sido de 4,2 por cento na população em geral em 2013, ele foi de 4,6 por cento entre as mulheres (contra 3,8 por cento dos homens), 10,1 por cento entre os pretos ou pardos e de 16,8 por cento entre os que não concluíram o Ensino Médio.

Gráfico 2.7 Características da população desocupada, Brasil, 2013



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

2.2 A juventude na força de trabalho

2.2.1 Perfil do emprego (ocupação)

De acordo com os dados da PNAD 2013, 57,0 por cento dos jovens de 15 a 29 anos estavam ocupados no Brasil, enquanto 7,9 por cento estavam desocupados e 35,1 por cento eram considerados como não economicamente ativos (Tabela 2.4).

Tabela 2.4 Condição de ocupação juvenil (15-29), Brasil, 2013

	Pessoas	(%)
Ocupado	27.914.486	57,0
Desocupado	3.889.958	7,9
Não economicamente ativo	17.205.078	35,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

No que diz respeito à distribuição da força de trabalho juvenil, de acordo com o sexo, o nível de ocupação entre os homens (66,4 por cento) é muito maior que o das mulheres (47,6 por cento), sendo a proporção de mulheres não economicamente ativas (43,7 por cento) quase o dobro da de homens (26,5 por cento) entre 15 e 29 anos de idade (Tabela 2.5). Além disso, a proporção de mulheres jovens economicamente ativas desocupadas (9,5 por cento para 57,8 por cento, cerca de uma a cada seis) é bem superior à de homens jovens desocupados (7,1 por cento para 66,4, cerca de um em cada nove).

De acordo com os dados da PNAD, aproximadamente 86 por cento dos jovens entre 15 e 29 anos eram residentes no meio urbano e 14 por cento no meio rural. Embora a distribuição de ocupados entre os meios urbano e rural seja parecida (com 57,0 por cento e 56,9 por cento, respectivamente), há uma significativa diferença na proporção de desocupados (Tabela 2.6). Na área urbana, a desocupação foi de 8,5 por cento, enquanto na área rural chegou a apenas 4,4 por cento. A porcentagem de jovens não economicamente ativos no meio rural (38,7 por cento), contudo, é superior à do meio urbano (34,5 por cento).

Tabela 2.5 Distribuição da força de trabalho juvenil (15-29) por sexo, 2013

	Masculino			Feminino		
	Ocupado	Desocupado	Não economicamente ativo	Ocupado	Desocupado	Não economicamente ativo
Pessoas	16.220.485	1.740.958	6.478.449	11.694.001	2.149.000	10.726.629
(%)	66,4	7,1	26,5	47,6	8,7	43,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

Tabela 2.6 Distribuição da força de trabalho juvenil (15-29) por área (urbana/rural), 2013

	Área urbana			Área rural		
	Ocupado	Desocupado	Não economicamente ativo	Ocupado	Desocupado	Não economicamente ativo
Pessoas	23.886.998	3.577.884	14.466.150	4.027.488	312.074	2.738.928
(%)	57,0	8,5	34,5	56,9	4,4	38,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.

2.3 Transição Escola-Trabalho: Objetivos e metodologia da pesquisa

2.3.1 Objetivo principal e desenvolvimento da pesquisa

O objetivo principal da pesquisa foi levantar informação estatística, demográfica, social e econômica dos jovens de 15 a 29 anos de idade residentes no território brasileiro, bem como o de avaliar as características dos jovens que ainda estão na escola, daqueles que se encontram empregados, desempregados ou fora da força de trabalho (inativos).

Quadro 1. Definição de juventude

Enquanto na maioria dos outros contextos o jovem é definido como uma pessoa com idade entre 15 e 24 anos, para os propósitos desta pesquisa e de seus relatórios relacionados, o limite máximo de idade foi estendido para 29 anos. Esta opção teórico-metodológica relaciona-se ao marco legal para as políticas de juventude e para a própria definição dessa condição existentes no Brasil. Decorre do reconhecimento de que os processos de transição para a idade adulta têm se estendido, considerando-se não só a formação escolar e a inclusão no mundo do trabalho, como a aquisição de autonomia e, em geral, a constituição de nova unidade familiar – processos que para muitos jovens se superpõem ao longo do período dos 15 aos 29 anos. Abarcar a juventude até esse limite permite captar a complexidade das experiências de transição dos jovens para o trabalho, tanto ao longo como depois de completarem os estudos.

2.3.2 Universo e amostra

O Brasil empreendeu a pesquisa Transição Escola-Trabalho (TET) para recolher e analisar informações sobre os desafios que se impõem aos jovens no momento da transição para o mercado de trabalho. A TET foi realizada pela ECO Assessoria em Pesquisas. A pesquisa de campo foi realizada aos finais de semana, no mês de junho de 2013. Os fundos para a realização da pesquisa vêm do Projeto Work4Youth, uma parceria entre o Programa de Emprego Jovem da OIT e a Fundação MasterCard (veja o Quadro 2). Esse projeto abarca 28 países, nos quais a pesquisa foi realizada; os dados recolhidos na primeira ronda foram publicados em 2013. Uma segunda ronda da pesquisa TET será realizada entre 2014 e 2015 na maioria dos 28 países.

A pesquisa é estatisticamente representativa do universo da população nesta faixa etária, valendo-se de uma amostra composta por 3.288 entrevistas, distribuídas em 160 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes) e contemplando 25 Unidades da Federação.

A amostragem foi feita de forma probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários, dos bairros e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo, idade e por condição do ponto (urbano ou rural) para a seleção dos indivíduos (estágio final). As margens de erro, se pudessem ser estimadas a partir de amostra puramente probabilística equivalente, seriam de até 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, para o total da amostra, com intervalo de confiança de 95 por cento.

Os critérios de dispersão, seleção e tamanho da amostra de jovens entrevistados/as garantem a representatividade dos resultados obtidos – guardados os parâmetros estatísticos do desenho amostral – para o conjunto do universo em foco: 51,3 milhões de jovens, correspondentes a 26,1 por cento do total da população brasileira (Censo 2010 – IBGE). Nas tabelas a seguir, os percentuais encontrados na pesquisa TET são projetados para os números absolutos desse universo juvenil.

Foi feita a aplicação de questionários estruturados, em entrevistas pessoais e domiciliares (tempo médio de 40 minutos de aplicação). Total de 147 perguntas, parcialmente distribuídas em 6 blocos.

Quadro 2. Work4Youth: Um projeto da OIT, em parceria com a Fundação MasterCard

O Projeto Work4Youth (W4Y) é uma parceria entre o Programa Emprego Jovem da OIT e a Fundação MasterCard. O projeto tem um orçamento de 14,6 milhões dólares EUA e terá a duração de cinco anos, até meados de 2016. Tem como foco “promover oportunidades de trabalho decente para homens e mulheres jovens através do conhecimento e da ação”. O objetivo imediato da parceria é produzir mais e melhor informação sobre o mercado de trabalho específico para a juventude nos países em desenvolvimento, com especial atenção para os caminhos de transição da escola para o mercado de trabalho. O pressuposto é o de que os governos e os parceiros sociais do projeto nos 28 países-alvo estarão melhor preparados para conceber uma política eficaz e programar iniciativas, uma vez que possuam informações detalhadas sobre:

- o que os jovens esperam em termos de caminhos de transição e qualidade do trabalho;
- o que os empregadores esperam dos jovens candidatos/as*;
- quais as questões a prevenir em ambos os lados – da oferta e da demanda – e de forma recíproca, e
- quais as políticas e os programas que podem ter um impacto real.

Países-alvo do Work4Youth:

- **Ásia e Pacífico:** Bangladesh, Camboja, Nepal, Samoa, Vietnã
- **Europa Oriental e Ásia Central:** Antiga República Iugoslava da Macedônia, Armênia, Federação Russa, Quirguistão, República da Moldávia, Ucrânia
- **América Latina e Caribe:** Brasil, Colômbia, El Salvador, Jamaica, Peru
- **Oriente Médio e Norte da África:** Egito, Jordânia, Territórios Palestinos Ocupados, Tunísia
- **África Subsaariana:** Benin, Libéria, Madagascar, Malawi, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia

* Tópico não desenvolvido neste estudo de 2013 no Brasil.

3. Características da juventude na pesquisa TET

3.1 Características individuais da juventude

Aproximadamente quatro em cada dez jovens brasileiros de 15 a 29 anos (40,5 por cento) são residentes na região Sudeste, seguida da região Nordeste (29,2 por cento), Sul (13,7 por cento), Norte (9,1 por cento) e Centro-Oeste (7,6 por cento) (Tabela 3.1). Esses dados acompanham bastante a distribuição demográfica brasileira em geral, que, segundo dados levantados pelo Censo Demográfico de 2010, concentrava sete em cada dez brasileiros nas regiões sudeste e nordeste. O segmento dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil é predominantemente urbano e com significativa parcela localizada em capitais e áreas metropolitanas. Do total de jovens, 85,3 por cento residem na área urbana e 14,7 por cento na área rural. Embora a maioria (59,5 por cento) resida em municípios do interior do país, 40,5 por cento estão localizados nos principais centros urbanos, sendo que 24,0 por cento moram em capitais e 16,5 por cento residem em cidades que compõem regiões metropolitanas (Tabela 3.2).

Tabela 3.1 População jovem por região geográfica

Região	Pessoas	(%)
Norte	4.675.582	9,1
Centro-Oeste	3.897.089	7,6
Nordeste	14.966.258	29,2
Sul	7.027.720	13,7
Sudeste	20.773.828	40,5
Total	51.340.478	100,0

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Tabela 3.2 Distribuição da população jovem por-natureza administrativa e localização geográfica do município de residência

	Pessoas	(%)
Capital	12.344.249	24,0
Regiões metropolitanas	8.448.168	16,5
Interior	30.548.061	59,5
Total	51.340.478	100,0

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Exatamente três em cada quatro jovens pesquisados (75,0 por cento) sempre moraram no município em que residem atualmente e apenas 25,0 por cento já mudaram de sua cidade de nascimento. Do primeiro grupo, 94,7 por cento sempre moraram na mesma área (rural ou urbana) que residem atualmente e apenas 5,3 por cento moram em área de natureza diferente da que já moraram, no mesmo município (Tabela 3.3). Esta última parcela é composta predominantemente por jovens que deixaram a zona rural em direção à zona urbana, em todas as grandes regiões do país.

Tabela 3.3 Sempre morou no município atual e se sim, sempre na mesma área (urbana ou rural)?

	Município atual?		Mesma área?	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Sim	38.515.431	75,0	36.456.032	94,7
Não	12.825.047	25,0	2.042.748	5,3
Não respondeu	-	-	16.651	0,0
Total	51.340.478	100,0	38.515.431	100,0

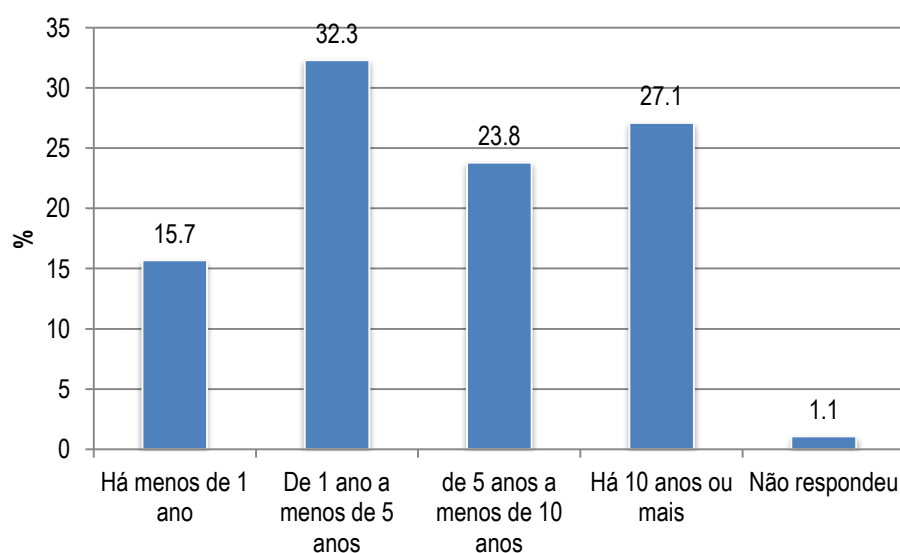
Fonte: TET Brasil, 2013.

Entre os jovens que migraram, 56,9 por cento se mudaram para municípios dentro do próprio estado, 41,9 por cento trocaram de estado e apenas 0,6 por cento são oriundos de outros países (Tabela 3.4). Aproximadamente 15,7 por cento das pessoas pesquisadas moram no município atual há menos de 1 ano e quase um terço desses jovens (27,1 por cento) se mudaram há 10 anos ou mais (Gráfico 3.1). Os dados revelam, portanto, que os movimentos migratórios realizados pelos jovens não são provisórios, mas, ao contrário, predominantemente de média e longa duração, e dentro do próprio estado e/ou região.

Tabela 3.4 Tipo de migração

	Pessoas	(%)
Mudou dentro do estado	7.270.674	56,9
Mudou de um estado para outro	5.396.366	41,9
Mudou de outro país para o Brasil	74.127	0,6
Não respondeu	83.880	0,7
Total	12.825.047	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Gráfico 3.1 Há quanto tempo mora neste município

Fonte: TET Brasil, 2013.

Dentre as principais razões que justificaram a mudança de cidade, quase seis em cada dez jovens pesquisados (59,7 por cento) citaram que migraram para acompanhar a família, enquanto pouco mais de um quarto das pessoas (25,4 por cento) se mudaram para trabalhar ou por motivos relacionados ao emprego (Tabela 3.5). É importante

salientar, contudo, que a proporção de migrações por motivos familiares é mais significativa na área rural, onde, por outro lado, há uma incidência menor de mudanças ocasionadas por razões ligadas ao trabalho. Os dados indicam, portanto, que a migração dos jovens ocorre predominantemente do campo para a cidade, e que, para além dos motivos familiares (que podem abarcar situações muito diversas), o contexto de busca por trabalho/emprego é significativamente superior à migração por motivos de estudo/formação.

Tabela 3.5 Motivo de migração, por área (urbana/rural)

	Urbana		Rural		Total	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Para acompanhar a sua família	6.528.090	58,2	1.125.930	70,1	7.654.020	59,7
Para estudar/se formar	853.597	7,6	59.624	3,7	913.221	7,1
Para trabalhar/por motivos relacionados com emprego	3.043.364	27,1	215.703	13,4	3.259.067	25,4
Outros motivos	547.376	4,9	115.586	7,2	662.962	5,2
Não respondeu	247.188	2,2	88.588	5,5	335.776	2,6
Total	11.219.615	100,0	1.605.431	100,0	12.825.046	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Do total de jovens, quase 58 por cento se declararam como sendo de cor preta ou parda, 34,1 por cento de cor branca, 2,0 por cento como amarela e 1,6 por cento como indígena (Tabela 3.6). Com relação à questão da “cor/raça”, a despeito de não haverem diferenças muito grandes de distribuição entre o mundo rural e urbano, a proporção dos que se declaram brancos nas áreas urbanas (35,4 por cento) é significativamente maior que na zona rural (26,8 por cento). É importante salientar que a proporção de jovens que se declara como preta nesta pesquisa (14,2 por cento) foi superior à observada pelo Censo 2010 (7,9 por cento). A despeito de algumas questões de metodologia, ligadas, sobretudo à forma de coleta², algumas pesquisas recentes têm indicado uma tendência de crescimento, na população jovem, da autodeclaração da cor “preta”. Como aponta uma recente pesquisa publicada pela Secretaria Nacional da Juventude com jovens dessa mesma faixa etária, “uma das hipóteses é que o aumento da visibilidade da questão racial no país e o desenvolvimento tanto do protagonismo de jovens negros no campo da cultura como de políticas de afirmação racial estejam estimulando os jovens a afirmar sua identidade por cor ou etnia” (SNJ, 2013, p. 11)³.

² No Censo, a informação de cor dos membros da família pode ser dada por um dos membros – comumente a mãe ou o pai – enquanto que nesta pesquisa coletou-se exclusivamente a autodeclaração dos jovens (Cf. IBGE (2010) e SNJ, (2013).

³ Outros estudos têm apontado essa mesma tendência, como IBASE e pelo instituto Pólis, *Pesquisa sobre juventudes no Brasil – Relatório Quantitativo*, 2008.

Tabela 3.6 População jovem, por cor/raça e área (urbana/rural)

	Urbana		Rural		Total	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Branca	15.475.295	35,3	2.034.581	26,9	17.509.876	34,1
Preta	6.346.845	14,5	953.111	12,6	7.299.956	14,2
Parda	18.748.555	42,8	3.637.411	48,1	22.385.966	43,6
Amarela	906.587	2,1	136.366	1,8	1.042.953	2,0
Indígena	666.084	1,5	155.469	2,1	821.553	1,6
Outras	1.347.716	3,1	559.363	7,4	1.907.079	3,7
Não respondeu	291.662	0,7	81.433	1,1	373.095	0,7
Total	43.782.744	100,0	7.557.734	100,0	51.340.478	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que se refere, por sua vez, à situação conjugal dos jovens, a maior parte dos jovens ainda é solteira e vive com os pais. A condição, naturalmente, diminui com o avançar da idade, mas é sempre em menor proporção para as mulheres. Aproximadamente nove em cada dez entrevistados de 15 a 19 anos ainda são solteiros (91,2 por cento), enquanto essa taxa cai para 41,6 por cento entre os possuem entre 25 e 29 anos de idade (Tabela 3.7).

Há, contudo, diferenças importantes quanto aos sexos mesmo na primeira faixa etária analisada: enquanto entre os homens de 15 a 19 anos a porcentagem de solteiros é de 96,5 por cento, entre as mulheres a proporção é de 85,9 por cento. Nas faixas etárias seguintes, a proporção de mulheres solteiras também é significativamente menor que a dos homens: 51,2 por cento entre as que possuem de 20 a 24 anos e 34,8 por cento na faixa dos 25 a 29 anos de idade. Já entre os jovens do sexo masculino, essas taxas são de 71,1 por cento e 48,7 por cento, respectivamente. Conforme já havia sido constatados por outras pesquisas (como os Censos e PNADs), em todas as regiões do país, há uma tendência, entre as jovens brasileiras, de estarem mais (e mais cedo) em situações conjugais como casadas com ou sem registro, em comparação com os homens das mesmas faixas etárias.

Tabela 3.7 População jovem, por situação conjugal, grupo de idade e sexo

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Solteiro(a)	Pessoas	8.656.040	7.715.364	5.990.365	4.068.524	4.025.482	3.044.119
	(%)	96,5	85,9	71,1	51,2	48,7	34,8
Casado(a) com registro	Pessoas	67.534	174.261	600.524	1.215.389	1.519.849	2.321.789
	(%)	0,8	1,9	7,1	15,3	18,4	26,5
Casado(a) sem registro/ convivente	Pessoas	243.640	1.076.634	1.776.911	2.526.861	2.554.812	3.158.084
	(%)	2,7	12,0	21,1	31,8	30,9	36,1
Desquitado(a) ou divorciado(a)	Pessoas	0	17.893	52.707	98.675	162.229	214.188
	(%)	0,0	0,2	0,6	1,2	2,0	2,4
Viúvo(a)	Pessoas	0	0	0	43.261	0	15.344
	(%)	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2
Total	Pessoas	8.967.214	8.984.152	8.420.507	7.952.710	8.262.372	8.753.524
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.2 Escolaridade

Os dados da pesquisa mostram que a universalização do acesso à educação básica é praticamente uma realidade entre os jovens brasileiros. Do total de pessoas entrevistadas, 99,9 por cento já frequentaram a escola (Tabela 3.8). Vale ressaltar que, no caso das mulheres jovens, 0 por cento responderam que nunca estudaram. Dentre os pouquíssimos que não frequentaram (3 de 3.288 casos, todos de jovens do sexo masculino), os motivos alegados para não terem estudado foram a ausência de apoio dos pais (1 caso), a necessidade de trabalhar (1 caso) e não ter desenvolvido interesse pela educação/formação (1 caso).

Tabela 3.8 População jovem que já frequentou a escola

	Total		Masculino		Feminino	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Sim	51.289.762	99,9	25.599.376	99,8	25.690.386	100,0
Não	50.715	0,1	50.715	0,2	0	0,0
Total	51.340.478	100,0	25.650.092	100,0	25.690.386	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Os dados indicam que quatro em cada dez jovens estão estudando atualmente, em qualquer um dos níveis de ensino. Entre os que estão fora da escola, duas situações distintas são observadas em proporções bastante semelhantes: 29,7 por cento (na população jovem) disseram que não estão estudando porque consideram que já terminaram os estudos e 33,4 por cento (na população jovem) afirmaram que abandonam a escola antes de se formarem. É importante salientar que, em ambos os sexos, é significativamente alta a proporção de jovens entre 25 e 29 anos que afirmam que abandonaram a escola e ainda não voltaram a estudar (44,7 por cento entre os homens e 42,1 por cento entre as mulheres) (Tabela 3.9).

Tabela 3.9 Frequência à escola, por grupos de idade e sexo

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Está estudando atualmente	Pessoas	6.553.623	6.350.418	1.710.423	2.113.681	1.040.231	1.113.403
	(%)	73,1	70,7	20,4	26,6	12,6	12,7
Não, completei meus estudos	Pessoas	795.080	1.234.646	2.875.128	2.884.787	3.513.033	3.930.599
	(%)	8,9	13,7	34,2	36,3	42,7	44,9
Não, abandonei antes de me formar	Pessoas	1.606.390	1.399.087	3.816.109	2.954.244	3.677.239	3.683.713
	(%)	17,9	15,6	45,4	37,1	44,7	42,1
Não respondeu	Pessoas	12.120	0	0	0	0	25.808
	(%)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Total	Pessoas	8.967.213	8.984.151	8.401.660	7.952.712	8.230.503	8.753.523
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Observação: O total exclui 50.715 jovens do sexo masculino que nunca frequentaram a escola, um número absoluto que não deixa de ser significativo.

Fonte: TET Brasil, 2013.

Há contudo, importantes diferenças quando esses dados são agrupados em faixas etárias mais específicas. Se forem considerados apenas os jovens de 15 a 17 anos, a taxa daqueles que ainda estudam é de 87,9 por cento contra apenas 9,5 por cento que abandonaram os estudos. No entanto, na faixa seguinte, entre 18 e 24 anos, estão estudando atualmente apenas para 31,8 por cento. Isso indica que há um significativo

marco no que diz respeito à permanência nos estudos ou não, que parece ser justamente a passagem à maioridade. Nesta faixa etária, a porcentagem dos que dizem ter abandonado antes de se formar (36,7 por cento) é quase o quádruplo da observada entre os jovens de 15 a 17 anos (9,5 por cento); assim como a taxa dos que afirmam não estudar porque já completaram os estudos é de 2,5 por cento na primeira faixa etária e salta para 31,4 por cento na faixa dos 18 a 24 anos.

É importante salientar, portanto, que a percepção de já ter concluído os estudos está ligada sobretudo à conclusão do ensino médio, que é o final da educação básica obrigatória. Enquanto a proporção desse tipo de resposta é muito baixa entre aqueles que possuem Ensino Fundamental completo (apenas 2,6 por cento), no grupo dos que já concluíram o ensino médio essa é a percepção de 66,7 por cento dos jovens, contra somente 9,6 por cento que consideram ter abandonado os estudos antes de se formarem.

Dentre as principais razões citadas para terem abandonado os estudos, os motivos econômicos – como a necessidade de trabalhar para de se manter, ou para ajudar o trabalho da família, e a pobreza e dificuldade de custear as despesas para seguir estudando – foram os mais citados pelos jovens do sexo masculino (52,7 por cento, contra 20,3 por cento entre as jovens, chegando a 61,4 entre os homens de 25 a 29 anos), seguidos pela busca de independência e autonomia (ter o próprio dinheiro, mencionado por 23,2 por cento dos jovens e 7,9 das jovens). Já os motivos familiares – sobretudo ter tido filho e ter casado – foram as razões mais citadas pelas jovens para abandonarem os estudos (63,1 por cento, contra apenas 14,2 entre os jovens homens, chegando a 70,1 por cento entre as adolescentes de 15 a 17 anos e a 71,2 entre as jovens rurais).

Os motivos escolares (ter sido reprovado, não estar interessado na educação/formação, não ter uma escola por perto/dificuldade de transporte) são o terceiro grupo mais citado (16,8 por cento, na média dos jovens de ambos os sexos), afetando os homens de forma mais significativa (tanto na área urbana quanto na rural) que as mulheres, e sobretudo na faixa dos 18 aos 24 anos (24,7 por cento entre os jovens do sexo masculino, 10,7 por cento entre as jovens). Em outras palavras, as razões de abandono são ainda predominantemente ligadas ao trabalho, entre os homens, e aos motivos familiares (dentre eles, a própria maternidade e a constituição da família), entre as mulheres (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 Motivos de ter abandonado a escola, por área (urbana/rural) e sexo

	Urbana			Rural			Total
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	
Motivos familiares	36,9	13,5	62,5	39,9	17,3	71,2	37,4
Motivos econômicos (necessidade de trabalhar)	37,0	52,1	20,5	40,2	55,6	18,9	37,5
Busca de autonomia	16,8	24,5	8,4	11,9	17,2	4,6	16,0
Motivos escolares	16,5	19,2	13,6	18,4	23,6	11,2	16,8
Outras respostas	4,0	4,9	2,9	4,0	3,4	4,7	4,0

Observação: Motivos familiares incluem sobretudo ter tido filho e/ou ter casado (56,9 por cento entre as jovens urbanas e 64,4 por cento entre as jovens rurais, contra, respectivamente 7,7 por cento e 8,9 por cento dos jovens do sexo masculino), além de mudança de residência e pais não quererem que continuasse a estudar. Motivos econômicos incluem principalmente necessidade de trabalhar/ de se manter/ de ajudar trabalho da família (47,7 por cento entre os homens urbanos e 46,7 por cento entre os jovens rurais, contra, respectivamente 15,3 por cento e 11,5 por cento das jovens), além de pobreza/ não poder custear despesas (7,6 por cento do total, chegando a 15,5 entre jovens rurais do sexo masculino). Motivos escolares incluem, entre outros, ter sido reprovado (5,0 por cento), não ter interesse/ não gostar/ não ver benefícios em seguir estudando (4,1 por cento), não ter escola por perto ou transporte (3,6 por cento) e problemas de relacionamento (sofrer discriminação, ser expulso, más companhias) ou falta de segurança. Outras respostas incluem 'vagabundagem/ preguiça' (2,6 por cento) e problemas de saúde/ acidente/ deficiências/ drogas (1,1 por cento), entre outras.

Fonte: TET Brasil, 2013.

Dentre os jovens que ainda estão estudando, 56,0 por cento estão cursando o Ensino Médio, 19,3 por cento o Ensino Fundamental e 24,5 por cento frequentam alguma modalidade de ensino superior (Tabela 3.11). Há, contudo, diferenças significativas no tipo de acesso à educação quando se analisa a natureza da área onde os jovens residem. Enquanto na zona urbana, apenas 22,6 por cento dos jovens entre 15 e 19 anos ainda frequentam o ensino fundamental, essa taxa atinge 41,3 por cento entre os jovens de mesma faixa etária que vivem na zona rural. Embora tenha crescido bastante, na última década, a oferta de escolas e vagas nas áreas rurais (conforme apontam os dados dos últimos censos escolares⁴), as distorções entre as áreas urbana e rural se mantêm em praticamente todas as faixas de idade, sempre retratando uma situação de atraso dos jovens que vivem no mundo rural.

Tabela 3.11 Nível de escolaridade, por grupos de idade, área (urbana/rural)

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		Total
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Ainda estão estudando								
No Ensino Fundamental	Pessoas	2.443.305	872.988	110.938	46.187	67.763	102.976	3.644.157
	(%)	22,6	41,3	3,4	8,7	3,7	31,3	19,3
No Ensino Médio (colegial, secundário)	Pessoas	7.526.703	1.162.928	1.180.121	272.492	310.952	116.148	10.569.345
	(%)	69,7	55,1	35,9	51,1	17,0	35,3	56,0
No Ensino Superior tecnológico (2 anos)	Pessoas	63.027	16.066	309.978	16.924	229.143	44.852	679.990
	(%)	0,6	0,8	9,4	3,2	12,6	13,6	3,6
No Ensino Superior (graduação)	Pessoas	731.519	59.336	1.591.897	197.545	1.025.719	48.974	3.654.990
	(%)	6,8	2,8	48,4	37,1	56,2	14,9	19,4
Na Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado)	Pessoas	0	0	81.254	0	191.013	16.095	288.362
	(%)	0,0	0,0	2,5	0,0	10,5	4,9	1,5
Não respondeu	Pessoas	28.170	0	16.767	0	0	0	44.937
	(%)	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
Total	Pessoas	10.792.724	2.111.318	3.290.955	533.149	1.824.589	329.044	18.881.779
	(%)	100	100	100	100	100	100	100

⁴ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		Total
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Escolaridade já alcançada								
No Ensino Fundamental	Pessoas	1.554.249	503.528	3.377.850	782.067	3.976.240	1.031.647	11.225.881
	(%)	37,4	56,3	31,3	44,9	30,8	52,9	34,6
No Ensino Médio (colegial, secundário)	Pessoas	2.525.809	391.155	6.802.094	916.462	7.418.309	804.350	18.858.179
	(%)	60,8	43,7	62,9	52,7	57,4	41,3	58,1
No Ensino Superior	Pessoas	26.025	0	116.416	0	166.632	0	309.073
tecnológico (2 anos)	(%)	0,6	0,0	1,1	0,0	1,3	0,0	1,0
No Ensino Superior (graduação)	Pessoas	46.556	0	512.415	41.811	1.054.430	87.302	1.742.514
	(%)	1,1	0,0	4,7	2,4	8,2	4,5	5,4
Na Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado)	Pessoas	0	0	0	0	279.713	13.256	292.968
	(%)	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,7	0,9
Não respondeu	Pessoas	0	0	0	0	17.737	12.648	30.385
	(%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,6	0,1
Total	Pessoas	4.152.641	894.683	10.808.775	1.740.340	12.913.059	1.949.202	32.458.999
	(%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TET Brasil, 2013.

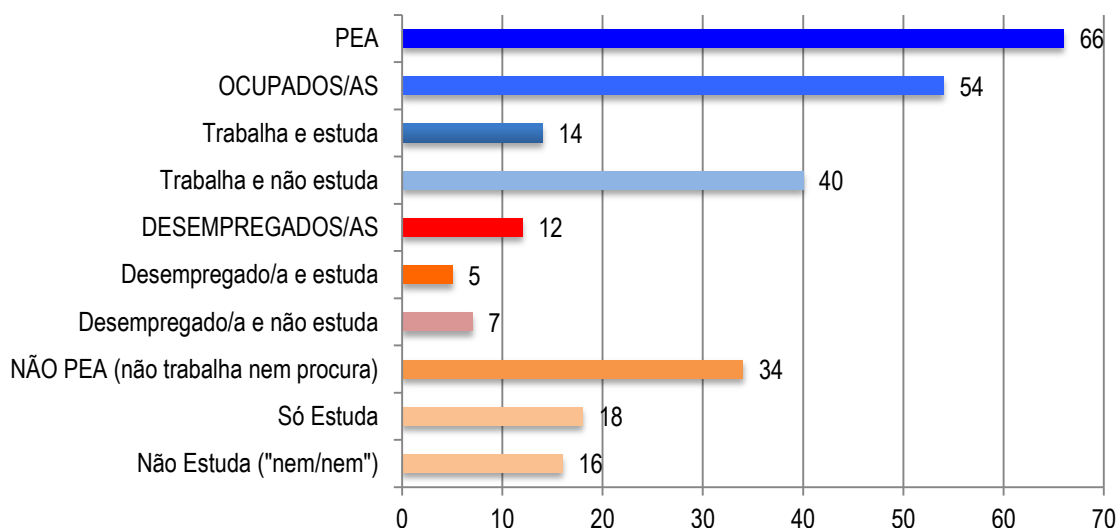
3.3 Preparação para a transição escola-trabalho (características da juventude que ainda está estudando)

Conforme também já havia sido observado por pesquisa recentemente realizada pela SNJ (2013), se, por um lado, a relação com a escola se generalizou para todos os segmentos sociais, as desigualdades persistem, no entanto, quanto ao nível de escolaridade alcançado. No que se refere ao maior grau de escolaridade já atingido, 34,6 por cento concluíram o ensino fundamental, 58,1 por cento terminaram o ensino médio e 7,2 por cento são formados no ensino superior. Mais uma vez, no entanto, os resultados são muito diferentes quando comparados os sexos e localidade de moradia. Enquanto 52,9 por cento dos jovens entre 25 e 29 anos que moram em áreas rurais concluíram apenas o ensino fundamental, a porcentagem entre os de áreas urbanas nessa mesma situação cai quase pela metade (30,8 por cento). Em outras palavras, a despeito de a situação em áreas urbanas ainda não serem ideais, os maiores desafios ainda estão ligados à ampliação do acesso da população jovem rural aos maiores níveis de escolaridade.

Normalmente se percebe o jovem apenas na sua condição de estudante. Mas quando se observa o conjunto da população juvenil brasileira em relação à sua condição de atividade, nota-se que ela está mais presente no mundo do trabalho (65,7 por cento, sendo que 53,9 por cento trabalham e 11,8 por cento procuram trabalho) do que na escola (36,8 por cento estão estudando, seja dentro ou fora da população economicamente

ativa), com variações significativas por grupo etário ⁵. É importante notar também que quase um quinto desses jovens vivem conjuntamente os dois mundos, ao conciliar escola e trabalho (13,7 por cento) ou ao procurar trabalho enquanto estuda (5,0 por cento) (Gráfico 3.2). Os dados são semelhantes àqueles levantados pelo Censo 2010, que apontam 53,5 por cento dos jovens de 15 a 29 anos trabalhando e 36 por cento estudando. A proporção dos que estão simultaneamente no mundo da escola e no mundo do trabalho também é coerente com os dados da pesquisa: 19 por cento.

Gráfico 3.2 População economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa por situação de estudo e sexo



Fonte: TET Brasil, 2013.

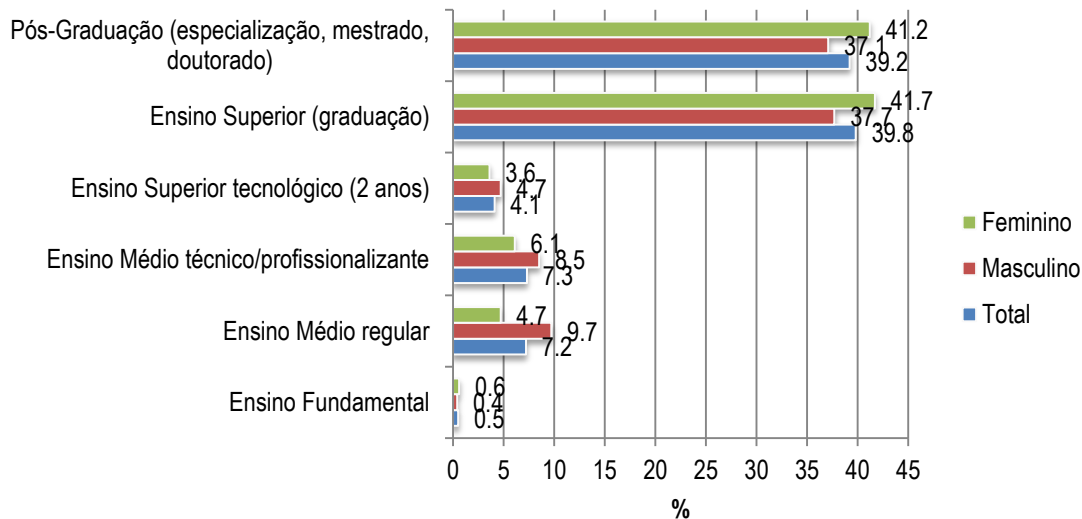
Os dados acima, em consonância com pesquisa recente publicada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ, 2013), e como evidenciado na análise que embasa a formulação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (MTE, 2011), mostram que a juventude brasileira é, predominantemente, trabalhadora, que tem, em larga medida, esforçado-se para conciliar trabalho e estudo. Em outras palavras, como bem aponta Abramo, “a ampliação da presença dos(as) jovens na escola não eliminou a experiência do trabalho” (Abramo, 2013: 41), mas, ao contrário, reforçou o contexto de combinação e/ou de idas e vindas entre o mundo da escola e o mundo do trabalho.

Entre os jovens de 15 a 29 anos que ainda estão estudando, quase oito em cada dez pessoas possuem o desejo de alcançarem no futuro ensino superior completo como nível educativo mais alto, sendo que 39,8 por cento esperam completar a graduação e outros 39,2 por cento a pós-graduação (Gráfico 3.3). A porcentagem de mulheres que desejam

⁵ Há, mais uma vez, diferenças relevantes no que diz respeito à condição da ocupação quando são analisados os grupos etários. Se forem considerados apenas os jovens entre 15 e 17 anos de idade, a porcentagem geral de inativos é de 61,5 por cento (sendo 68,0 por cento entre as mulheres e 55,1 por cento entre os homens). No entanto, ela cai significativamente, para 30,4 por cento (41,9 por cento entre as mulheres e 19,2 por cento entre os homens) na faixa etária seguinte, entre os jovens de 18 a 24 anos de idade. Por outro lado, enquanto a proporção de ocupados na faixa de 15 a 17 anos é de apenas 25,6 por cento, ela passa a ser de 55,6 por cento entre 18 e 24 anos e atinge 68,8 por cento no grupo entre 25 e 29 anos de idade.

completar o ensino superior (incluindo graduação e pós) é, no entanto, um pouco mais elevada, chegando a 82,9 por cento, contra 74,9 por cento entre os homens. Os dados da pesquisa mostram, assim, que a despeito de enfrentarem significativas dificuldades em se manterem na escola conforme se elevam as faixas etárias (sobretudo devido a motivos ligados à situação conjugal e/ou maternidade), as jovens têm maior aspiração pela continuidade dos estudos, em níveis mais elevados que os dos desejados pelos homens.

Gráfico 3.3 Maior grau de escolaridade que deseja alcançar, por sexo



Fonte: TET Brasil, 2013.

Considerando-se ainda apenas os jovens que estão na escola, 39,7 por cento dos pesquisados apontam o desejo de passarem imediatamente a outra etapa da educação após completarem os estudos e/ou formação atual, enquanto outros 37,8 por cento indicaram a intenção de procurar um emprego (Tabela 3.12). Em todas as faixas etárias o desejo de continuar estudando decresce com a idade (cai de 47,6 por cento entre os adolescentes de 15 a 17 anos, a 35,4 por cento entre 18 e 24 anos e a 21,4 por cento entre 25 e 29 anos) e, em todas as faixas etárias é mais significativo entre as mulheres do que entre os homens (é citado por 42,9 por cento entre as pessoas do sexo feminino e por 36,4 por cento pelos jovens do sexo masculino, chegando 53,1 entre as adolescentes).

Considerando-se o conjunto dos/as jovens entrevistados/as, se pudessem escolher livremente, quatro em cada dez (40,5 por cento) responderam que gostariam de, trabalhar “sozinhos”, em um negócio próprio (Tabela 3.13), ainda que poucos de fato o façam. Esse dado contrasta também com o desejo imediato dos que ainda estudam, entre os quais apenas 6 por cento declaram ter planos de abrir negócio próprio após concluírem o nível em que estão. Ter um negócio próprio, portanto, parece ser o sonho de muitos, mas projetado muito à frente, ou para o qual os jovens não encontram canais ou instrumentos de realização.

Por outro lado, 31 por cento apontaram o sonho de trabalhar para o governo/setor público e outros 20,5 por cento citaram o desejo de trabalhar para uma empresa privada. Entre as jovens destaca-se a vontade de trabalharem para o governo/setor público, caracterizado pela estabilidade e formalidade (além da garantia de licença maternidade e outros direitos). Ao mesmo tempo, embora se destaque mais entre os homens a intenção de ter um negócio próprio, tem sido significativa, em pesquisas publicadas na última década, a importância atribuída às atividades econômicas femininas para a manutenção dos orçamentos domiciliares (IBGE, 2008 e Leone e Baltar, 2008), inclusive a busca do trabalho por conta própria – como confirmado pelos dados da TET – ainda que muitas

vezes no ambiente doméstico, como forma de conciliação com as responsabilidades familiares. para a manutenção dos orçamentos familiares (IBGE, 2008 e Leone e Baltar, 2008).

Tabela 3.12 Plano após concluir o atual nível de estudos, por sexo

		Total	Masculino	Feminino
Passar imediatamente a outra etapa de educação/ formação	Pessoas	7.491.525	3.385.166	4.106.359
	(%)	39,7	36,4	42,9
Procurar emprego	Pessoas	7.142.430	3.456.471	3.685.959
	(%)	37,8	37,1	38,5
Melhorar a situação atual do trabalho	Pessoas	1.674.871	809.692	865.179
	(%)	8,9	8,7	9,0
Criar o meu próprio negócio	Pessoas	875.448	555.608	319.840
	(%)	4,6	6,0	3,3
Outra opção	Pessoas	686.300	536.483	149.817
	(%)	3,6	5,8	1,6
Trocar de trabalho	Pessoas	460.742	326.462	134.280
	(%)	2,4	3,5	1,4
Não respondeu	Pessoas	439.099	188.688	250.411
	(%)	2,3	2,0	2,6
Ficar em casa	Pessoas	111.362	45.706	65.656
	(%)	0,6	0,5	0,7
Total	Pessoas	18.881.777	9.304.276	9.577.501
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Tabela 3.13 Como desejaria trabalhar no futuro se pudesse decidir livremente, por sexo

		Total	Masculino	Feminino
Sozinho (em um negócio próprio)	Pessoas	7.656.037	4.306.659	3.349.378
	(%)	40,5	46,3	35,0
Trabalhar para o governo/setor público	Pessoas	5.858.787	2.301.729	3.557.058
	(%)	31,0	24,7	37,1
Trabalhar para uma empresa privada	Pessoas	3.863.119	1.904.544	1.958.575
	(%)	20,5	20,5	20,4
Trabalhar para um negócio familiar/ agropecuário	Pessoas	793.576	475.429	318.147
	(%)	4,2	5,1	3,3
Trabalhar para uma organização internacional ou sem fins lucrativos	Pessoas	577.233	215.628	361.605
	(%)	3,1	2,3	3,8
Não deseja trabalhar	Pessoas	82.499	67.266	15.233
	(%)	0,4	0,7	0,2
Não respondeu	Pessoas	26.193	16.200	9.993
	(%)	0,1	0,2	0,1
Não sabe	Pessoas	24.335	16.821	7.514
	(%)	0,1	0,2	0,1
Total	Pessoas	18.881.779	9.304.276	9.577.503
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.4 Características da juventude empregada

3.4.1 Características gerais dos empregados

Entre as pessoas de 15 a 29 anos, 53,9 por cento estão ocupadas, 11,8 por cento desocupadas e 34,3 por cento são inativas. Há, no entanto, importantes diferenças que podem ser observadas quanto à área de moradia e o sexo dos jovens pesquisados. Enquanto a proporção de ocupados na área urbana chega a 54,9 por cento, na área rural ela é de 48,3 por cento (Tabela 3.14).

Além disso, a porcentagem de inativos no mundo rural (43,0 por cento) é significativamente mais elevada que na zona urbana (32,8 por cento). O desemprego rural é estruturalmente inferior ao urbano, intimamente relacionados que estão com as diferentes estruturas dos mercados de trabalho. A área rural tem um número significativamente maior de empregados em baixa produtividade e sazonalidade, como a agricultura, assim como uma taxa mais elevada de trabalhadores familiares e por conta própria, enquanto que o percentual de empregados é muito menor do que em áreas urbanas. É provável que a falta de clareza sobre o que é considerada atividade econômica, nem sempre evidente no caso de trabalhadores familiares, contribua para uma percepção e maior autoclassificação dos jovens rurais, sobretudo mulheres, como inativos. Além disso, em momentos em que a demanda de trabalho cai, muitos jovens escolhem a migração temporária, outros vão para realizar várias atividades dentro da unidade familiar ou passar do emprego produtivo para a inatividade.

Tabela 3.14 Condição na ocupação, por área (urbana/rural) e sexo

		Total	Masculino	Feminino	Urbana	Rural
Ocupados	Pessoas	27.690.102	16.955.428	10.734.674	24.042.486	3.647.616
	(%)	53,9	66,1	41,8	54,9	48,3
Desocupados	Pessoas	6.038.878	2.742.448	3.296.430	5.381.600	657.278
	(%)	11,8	10,7	12,8	12,3	8,7
Inativos	Pessoas	17.611.498	5.952.216	11.659.282	14.358.657	3.252.841
	(%)	34,3	23,2	45,4	32,8	43,0
Total	Pessoas	51.340.478	25.650.092	25.690.386	43.782.743	7.557.735
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito, por sua vez, à diferença entre os sexos, observa-se uma proporção muito maior de inativos entre as mulheres (45,4 por cento) que entre os homens (23,2 por cento), enquanto as proporções de ocupados são, respectivamente, de 41,8 por cento e 66,1 por cento. Esses dados confirmam as tendências observadas nos últimos levantamentos das PNADs e no Censo 2010, que indicam maior proporção de inatividade entre as jovens do sexo feminino. Apesar de outras razões já citadas que afastam as mulheres do mercado de trabalho, é importante ressaltar que, nas duas últimas décadas, as mulheres têm permanecido mais tempo na escola e apresentam índices de escolaridade mais elevados, o que pode contribuir, ao menos em parte, para a maior proporção das jovens inativas também observada nesta pesquisa.

Aproximadamente seis em cada dez jovens que estão ocupados (61,0 por cento) já concluíram, no mínimo, o ensino médio, enquanto 29,6 por cento terminaram apenas o ensino fundamental (Tabela 3.15). Esses níveis de escolaridade, no entanto, são mais uma vez, significativamente maiores entre as mulheres: 63,6 por cento das jovens ocupadas têm ensino médio completo e 24,4 por cento têm ensino fundamental completo;

no caso dos jovens do sexo masculino, essas proporções são de, respectivamente 59,6 por cento e 32,7 por cento.

Tabela 3.15 Nível de estudos concluído pela população ocupada, por sexo

Nível de estudos		Total	Masculino	Feminino
No Ensino Fundamental	Pessoas	6.119.261	4.270.106	1.849.156
	(%)	29,6	32,7	24,4
No Ensino Médio (colegial, secundário)	Pessoas	12.606.122	7.781.406	4.824.716
	(%)	61,0	59,6	63,6
No Ensino Superior tecnológico (2 anos)	Pessoas	246.922	166.844	80.078
	(%)	1,2	1,3	1,1
No Ensino Superior (graduação)	Pessoas	1.400.571	729.780	670.791
	(%)	6,8	5,6	8,8
Na Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado)	Pessoas	258.820	118.036	140.785
	(%)	1,3	0,9	1,9
Não respondeu	Pessoas	17.737	0	17.737
	(%)	0,1	0,0	0,2
Total	Pessoas	20.649.433	13.066.171	7.583.262
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Uma distribuição detalhada do nível de emprego setorial (de 1 dígito) entre jovens é apresentada na Tabela 3.16. Não há diferenças significativas entre a distribuição de jovens do sexo masculino e feminino por setor de emprego, exceto por parcelas bem mais altas de jovens do sexo masculino trabalhando na construção civil e de jovens do sexo feminino trabalhando em residências particulares (em sua maioria trabalhadoras domésticas). As maiores parcelas de ambos os sexos estão empregadas no comércio atacadista e varejista (24 por cento do total de jovens trabalhadores). Uma parcela significativa de jovens do sexo masculino trabalha na manufatura e na agricultura (14,4 e 10,3 por cento, respectivamente). As jovens do sexo feminino, por sua vez, estão mais fortemente representadas no setor de serviços.

Tabela 3.16 Distribuição de emprego entre jovens por setor, do nível de 1 dígito e por sexo (%)

Setor	Total	Masculino	Feminino
Agricultura, silvicultura e pesca	7,3	10,3	2,6
Manufatura	12,5	14,4	9,6
Construção civil	10,9	17,6	0,3
Comércio atacadista e varejista	24,0	22,2	26,9
Transportes	4,2	5,4	2,4
Hospedagem	5,9	4,6	8,0
Informação e Comunicação	2,4	2,5	2,3
Atividades científicas profissionais	2,6	1,7	4,2
Atividades administrativas e de apoio	4,2	4,3	4,0
Administração Pública	2,5	3,2	1,4
Educação	3,7	2,6	5,5
Saúde e assistência social	3,2	1,5	5,8
Arte e entretenimento	2,2	1,8	2,8
Outros serviços	4,4	2,9	6,9
Emprego doméstico	6,1	0,8	14,4
Outros*	3,8	4,3	3,1
Total	100,0	100,0	100,0

*"Outros" inclui os setores que representam menos de 2 por cento do total e incluem: abastecimento de água; mineração; eletricidade, gás e vapor; atividades financeiras; imóveis; e atividades extraterritoriais.

No que diz respeito, por sua vez, à posição na ocupação, 47,0 por cento dos jovens pesquisados estão ocupados como empregados com carteira de trabalho assinada, enquanto 24,9 por cento exercem a ocupação sem carteira assinada, e 18,8 por cento trabalham por conta própria, sem empregar ninguém (Tabela 3.17). Há um forte equilíbrio entre homens e mulheres em praticamente todas essas categorias de ocupação, embora esses dados isoladamente não indiquem eventuais diferenças com relação à qualidade dos postos de trabalho e aos rendimentos obtidos.

Tabela 3.17 Posição na ocupação, por sexo

Ocupação		Total	Masculino	Feminino
Empregado com carteira de trabalho assinada	Pessoas	13.015.986	8.044.479	4.971.507
	(%)	47,0	47,4	46,3
Militar do exército, marinha, aeronáutica, ou polícia militar	Pessoas	157.422	140.922	16.500
	(%)	0,6	0,8	0,2
Funcionário público	Pessoas	662.381	424.719	237.662
	(%)	2,4	2,5	2,2
Empregado sem carteira de trabalho assinada	Pessoas	6.887.033	4.317.772	2.569.261
	(%)	24,9	25,5	23,9
Conta própria (sem empregar ninguém, incluindo MEI)	Pessoas	5.192.184	2.941.885	2.250.299
	(%)	18,8	17,4	21,0
Empregador com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Pessoas	183.262	139.660	43.602
	(%)	0,7	0,8	0,4
Empregador sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Pessoas	246.351	154.238	92.113
	(%)	0,9	0,9	0,9
Membro de uma cooperativa de produtores com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Pessoas	30.770	30.770	0
	(%)	0,1	0,2	0,0
Membro de uma cooperativa de produtores sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Pessoas	45.655	29.018	16.637
	(%)	0,2	0,2	0,2
Não-remunerado (para outro domicílio/membro da família)	Pessoas	795.433	494.837	300.596
	(%)	2,9	2,9	2,8
Outro	Pessoas	457.004	220.506	236.498
	(%)	1,7	1,3	2,2
Não respondeu	Pessoas	16.622	16.622	0
	(%)	0,1	0,1	0,0
Total	Pessoas	27.690.103	16.955.428	10.734.675
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Dois terços dos jovens ocupados (66,5 por cento) estão em empresa privada ou negócio rural, 19,5 por cento trabalham para residências particulares, seja como assalariados domésticos ou como prestadores de serviços de manutenção, e outros 6,9 por cento em uma instituição governamental (Tabela 3.18). Observam-se diferenças relevantes nas proporções das categorias entre os sexos: enquanto o trabalho em empresa privada atinge 59,8 por cento das mulheres e 70,7 por cento entre homens, o trabalho em residência particular (doméstico) alcança 14,7 por cento entre os ocupados do sexo masculino e 27,1 por cento entre as do sexo feminino.

Os dados apontam, assim, que a despeito dos ganhos de escolaridade e das mudanças econômicas vivenciadas pela população brasileira nos últimos anos, o trabalho doméstico ainda é bastante significativo no mundo do trabalho feminino, em todas as faixas etárias juvenis.

Tabela 3.18 Tipo de instituição/lugar em que trabalha, por sexo

Tipo de instituição		Total	Masculino	Feminino
Empresa Privada ou negócio rural	Pessoas	18.411.674	11.994.516	6.417.158
	(%)	66,5	70,7	59,8
Instituição governamental	Pessoas	1.919.772	1.145.801	773.971
	(%)	6,9	6,8	7,2
Organização não-governamental sem fins lucrativos (ONG)	Pessoas	158.641	62.079	96.562
	(%)	0,6	0,4	0,9
Residências particulares	Pessoas	5.396.446	2.487.822	2.908.624
	(%)	19,5	14,7	27,1
É por conta própria (s/e onde)	Pessoas	1.003.410	838.933	164.477
	(%)	3,6	4,9	1,5
Própria residência	Pessoas	243.251	109.699	133.552
	(%)	0,9	0,6	1,2
Feira livre	Pessoas	39.862	12.002	27.86
	(%)	0,1	0,1	0,3
É na rua (vende CD/ artigos esportivos/ roupas/ churrasco)	Pessoas	276.953	162.888	114.065
	(%)	1,0	1,0	1,1
Ém um negócio de família (s/e onde)	Pessoas	174.291	124.359	49.932
	(%)	0,6	0,7	0,5
Não respondeu	Pessoas	65.803	17.329	48.474
	(%)	0,2	0,1	0,5
Total	Pessoas	27.690.103	16.955.428	10.734.675
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.4.2 O emprego assalariado

Entre os assalariados, sete em cada dez jovens (71,6 por cento) estão empregados com base em um contrato ou acordo escrito e 28,2 por cento com base em um contrato ou acordo oral (Tabela 3.19). Além disso, mais de 90 por cento dos contratos dos jovens ocupados vigoram por tempo indeterminado e apenas 9,7 por cento por tempo determinado, não havendo diferenças significativas entre os sexos no que diz respeito a ambos os critérios analisados. É importante salientar, no entanto, que essas questões, mais uma vez, não fazem referência a eventuais diferenças de rendimentos obtidos por esses segmentos em cada uma dessas situações, que, como costumam apontar as estatísticas sobre trabalho, podem variar muito entre os diferentes grupos de sexo, cor/raça ou região pesquisados.

Há, contudo, significativas diferenças quando esses dados são desagregados por faixas etárias. Enquanto a porcentagem de jovens que estão empregados com base em um acordo escrito é de 69,6 por cento na faixa etária de 18 a 24 anos e de 82,7 por cento no grupo de 25 a 29 anos, ela é de apenas 30,9 por cento entre os que têm idade entre 15 e 17 anos. Trata-se de um patamar realmente muito baixo, quando se tem em conta que este é um dos principais elementos caracterizadores da qualidade do emprego juvenil e

que a legislação brasileira prevê a formalidade inclusive para jovens de 15 e 16 anos, se em contratos de aprendizagem. No grupo de 15 a 17 anos 67,6 por cento dos jovens estão em empregos baseados em acordos orais. Por outro lado, embora a proporção de contratos por tempo indeterminado ainda seja menor nesta primeira faixa etária, as diferenças neste quesito não são tão significativas: ela fica em 80 por cento entre jovens de 15 a 17 anos, 88,8 por cento entre os que possuem de 18 a 24 anos e 93,8 por cento na faixa etária de 25 a 29 anos.

Tabela 3.19 Tipo de contrato ou acordo e tempo de contratação, por sexo

		Total	Masculino	Feminino
Tipo de contrato				
Um contrato ou acordo escrito	Pessoas	14.994.827	9.185.363	5.809.464
	(%)	71,6	70,1	74,1
Um contrato ou acordo oral	Pessoas	5.897.914	3.884.695	2.013.219
	(%)	28,2	29,7	25,7
Não respondeu	Pessoas	44.113	28.264	15.849
	(%)	0,2	0,2	0,2
Tempo de contrato				
Tempo indeterminado	Pessoas	18.676.664	11.650.638	7.026.026
	(%)	90,1	90,1	90,1
Tempo determinado	Pessoas	2.016.402	1.260.991	755.411
	(%)	9,7	9,8	9,7
Não respondeu	Pessoas	29.755	16.262	13.493
	(%)	0,1	0,1	0,2

Fonte: TET Brasil, 2013.

Em termos de salário, a Tabela 3.20 revela que o trabalhador assalariado médio ganha R\$ 1.109,70 ao mês. Jovens do sexo masculino ganham mais do que as do sexo feminino, exceto aqueles com níveis de escolaridade mais baixos. O salário mensal médio de um empregado do sexo masculino é 30 por cento mais alto do que do sexo feminino: R\$ 1.213,70 e R\$ 903,10, respectivamente⁶. Investir em educação claramente compensa e potencialmente leva a salários mais altos, mesmo tomando em conta a diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho – diferença que persiste, apesar dos maiores níveis de escolaridade das jovens mulheres. O salário médio mensal tende a aumentar a cada nível educacional acrescentado, mas é entre jovens com um diploma de pós-graduação que se observa o maior salto, chegando a triplicar o rendimento dos homens jovens pós-graduados, em relação aos que não ultrapassaram o ensino fundamental.

⁶ A taxa de câmbio das Nações Unidas em 30 de junho de 2013 (no meio do período do trabalho de pesquisa de campo) era de US\$ 1 = R\$ 2,177. O salário médio de um jovem empregado no Brasil, portanto, era equivalente a US\$ 509,74 ao mês. Um empregado pós-graduado recebia o equivalente a US\$ 978,87 por mês.

Tabela 3.20 Salários mensais médios de jovens assalariados, por sexo e nível educacional completado (em R\$)

Nível educacional	Total	Masculino	Feminino
Ensino fundamental	812.4	795.9	904.6
Ensino médio (colegial, secundário)	1,142.3	1,322.2	808.3
Ensino superior tecnológico (2 anos)	1,074.7	*	*
Ensino superior (graduação)	1,110.8	1,145.9	1,083.0
Pós-graduação	2,131.0	2,306.0	1,760.6
Total	1,109.7	1,213.7	903.1

*O tamanho da amostra é muito reduzido para fornecer uma estimativa confiável.

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.4.3 Trabalhadores por conta-própria

Entre os ocupados que trabalham por conta própria, por sua vez, os principais motivos citados para justificar essa atual situação na ocupação são o fato de não terem encontrado emprego assalariado (29,8 por cento), a busca por mais independência (25,3 por cento) e por maior nível de renda (14,5 por cento), além do desejo de usufruírem de um horário mais flexível de trabalho (13,3 por cento) e por terem sido requeridos pela família (5,7 por cento) (Tabela 3.21). Esses dados apontam, assim, que ao menos em parte, a situação de trabalho por conta-própria pode ser provisória para parcela significativa desses jovens, que ainda não conseguiram a inserção desejada no mercado de trabalho, seja no que diz respeito ao tipo de ocupação, seja no que concerne ao nível de remuneração esperado.

Tabela 3.21 Motivo de trabalhar por conta-própria

Motivo	Pessoas	(%)
Não encontrou trabalho por uma remuneração ou salário	1.700.005	29,8
Mais independência	1.441.366	25,3
Horário de trabalho mais flexível	757.525	13,3
Maior nível de renda	826.765	14,5
Requerido pela família	324.218	5,7
Outro motivo	437.166	7,7
Não respondeu	211.175	3,7
Total	5.698.221	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

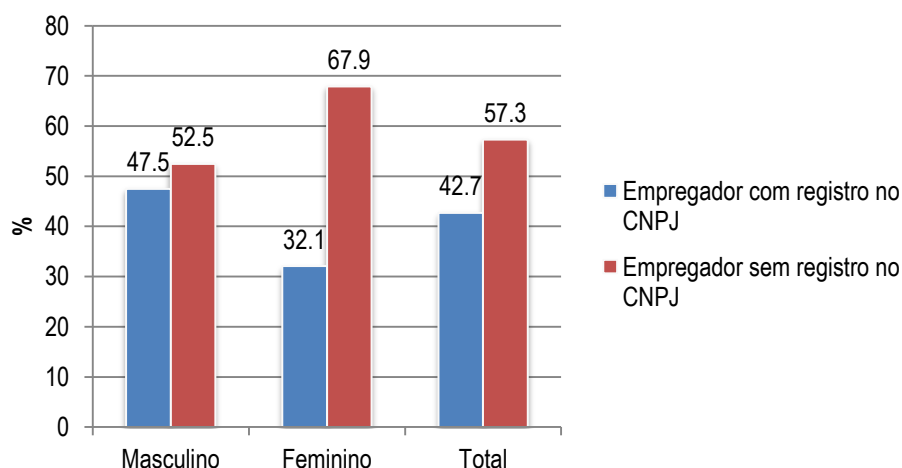
3.4.4 Os jovens empregadores

Apenas 1,6 por cento dos jovens de 15 a 29 anos ocupados são empregadores⁷, sendo 42,7 por cento deles formais, isto é, com registro no CNPJ (Cadastro Nacional de

⁷ É fundamental salientar que o número de jovens empregadores é muito pequeno, o que faz necessário que os resultados desta categoria sejam lidos com cautela nesta seção, devido à sua baixa representatividade.

Pessoa Jurídica) e 57,3 por cento empregadores informais, sem registro no CNPJ. Os dados sobre empregadores mostram uma situação de maior informalidade no universo feminino, uma vez que a proporção de mulheres empregadoras com registro no CNPJ (32,1 por cento) é significativamente menor que a porcentagem de homens empregadores formais (47,5 por cento) (Gráfico 3.4).

Gráfico 3.4 Jovens empregadores, por registro da empresa e por sexo



Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito às faixas etárias dos empregadores, a proporção de jovens nesta situação aumenta conforme se eleva a idade: mais de sete em cada dez jovens empregadores (63,3 por cento) possuíam entre 25 e 29 anos, 24,3 por cento tinham entre 20 e 24 anos e apenas 12,4 por cento estavam na faixa etária de 15 a 19 anos de idade (Tabela 3.22). Pode-se também observar que aumenta o grau de formalização conforme as faixas etárias avançam, sendo que, entre os empregadores com CNPJ, mais de sete em cada dez pessoas (70,9 por cento) possuem 25 anos ou mais de idade.

Tabela 3.22 Jovens empregadores, por registro da empresa e grupos de idade

Registro		15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Empregador com registro no CNPJ	Pessoas	0	53.243	130.019	183.262
	(%)	0,0	29,1	70,9	100,0
Empregador sem registro no CNPJ	Pessoas	53.221	51.003	142.127	246.351
	(%)	21,6	20,7	57,7	100,0
Total	Pessoas	53.221	104.246	272.146	429.613
	(%)	12,4	24,3	63,3	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Nota-se que distinções entre o rural e o urbano também são significativas no que se refere aos jovens empregadores: 83,6 por cento das pessoas com essa posição na ocupação estavam localizadas na área urbana, enquanto 16,4 por cento na área rural (Tabela 3.23). Essa distribuição, no entanto, possui uma variação importante quanto ao sexo, indicando uma maior porcentagem de mulheres empregadoras no setor urbano (92,5 por cento) que de homens (79,4 por cento).

Tabela 3.23 Jovens empregadores, por área (urbana/rural) e sexo

Área		Total	Masculino	Feminino
Urbana	Pessoas	358.945	233.411	125.534
	(%)	83,6	79,4	92,5
Rural	Pessoas	70.668	60.487	10.181
	(%)	16,4	20,6	7,5
Total	Pessoas	429.613	293.898	135.715
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

A análise do perfil dos dados de acordo com recorte racial também é bastante esclarecedora sobre a realidade dos jovens empregadores no país. Enquanto na população jovem total a proporção de brancos é pouco maior que um terço (34,1 por cento), entre os empregadores a participação deles é de 55,1 por cento. Por outro lado, os pretos que somam 14,2 por cento do total de jovens, não passam de 7,8 por cento entre os empregadores (Tabela 3.24).

Tabela 3.24 Jovens empregadores, por cor/raça e por registro da empresa

Cor/raça		Empregador com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Empregador sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	Total
Branca	Pessoas	127.963	108.807	236.770
	(%)	69,8	44,2	55,1
Preta	Pessoas	0	32.949	32.949
	(%)	0,0	13,4	7,8
Parda	Pessoas	35.448	104.594	140.042
	(%)	19,3	42,5	32,6
Indígena	Pessoas	19.852	0	19.852
	(%)	10,8	0,0	4,6
Total	Pessoas	183.263	246.350	429.613
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que se refere ao porte da empresa, cerca de oito em cada dez empregadores (79,8 por cento) possuíam em suas empresas menos de 5 empregados e outros 16,5 por cento tinham entre 5 e 19 trabalhadores (Tabela 3.25). Entre os jovens empregadores de 15 a 19 anos, todos possuíam menos de 5 empregados. É importante salientar que, dada a pequena proporção da população jovem que afirmou ser empregadora, não há como confirmar de forma exata que há uma tendência de aumento do porte da empresa conforme se elevam as faixas etárias dos empregadores.

No que concerne, por sua vez, aos níveis de escolaridade dos jovens empregadores, 14,2 por cento possuem ensino superior completo, um índice muito acima do observado na população jovem em geral, que é de apenas 3,4 por cento (Tabela 3.26). Também entre os empregadores, o padrão de maior escolaridade feminina pode ser obstado, uma vez que é muito significativa a distinção da proporção de pessoas com ensino superior entre as mulheres empregadoras (32,1 por cento) e os homens (5,9 por cento). Isso indica que, para que as jovens mulheres possam estar nessa situação de ocupação, necessitam credenciais educacionais muito mais elevadas que os jovens do sexo masculino.

Tabela 3.25 Jovens empregadores, número de empregados e grupos de idade

Número de empregados		15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Menos de 5 trabalhadores	Pessoas	53.221	51.769	237.665	342.655
	(%)	100,0	49,7	87,3	79,8
Entre 5 e 9 trabalhadores	Pessoas	0	16.475	19.108	35.583
	(%)	0,0	15,8	7,0	8,3
Entre 10 e 19 trabalhadores	Pessoas	0	19.852	15.371	35.223
	(%)	0,0	19,0	5,6	8,2
Não respondeu	Pessoas	0	16.152	0	16.152
	(%)	0,0	15,5	0,0	3,8
Total	Pessoas	53.221	104.248	272.144	429.613
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Tabela 3.26 Jovens empregadores, por nível de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade		Total	Masculino	Feminino
Sem instrução e Fundamental incompleto	Pessoas	31.118	31.118	0
	(%)	7,2	10,6	0,0
Fundamental completo e Médio incompleto	Pessoas	162.013	105.829	56.184
	(%)	37,7	36,0	41,4
Médio completo e Superior incompleto	Pessoas	175.640	139.711	35.929
	(%)	40,9	47,5	26,5
Superior completo	Pessoas	60.842	17.240	43.602
	(%)	14,2	5,9	32,1
Total	Pessoas	429.613	293.898	135.715
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Por fim, dentre as principais fontes de recursos utilizadas para começar o seu negócio, 24,4 por cento afirmaram ter usado o dinheiro de familiares ou amigos, 19,0 por cento fizeram uso do dinheiro da própria poupança e 8,1 por cento afirmaram ter pedido empréstimo bancário (Tabela 3.27). No entanto, quase metade dos empregadores de 15 a 29 anos afirmou que não precisou de qualquer fonte de recurso para montar seu negócio atual. É consideravelmente maior entre as mulheres empregadoras, contudo, a percepção de ascensão social, assim como é maior entre os homens a concentração dos jovens nas camadas sociais mais baixas.

Tabela 3.27 Principal fonte de recurso utilizado para iniciar o negócio atual

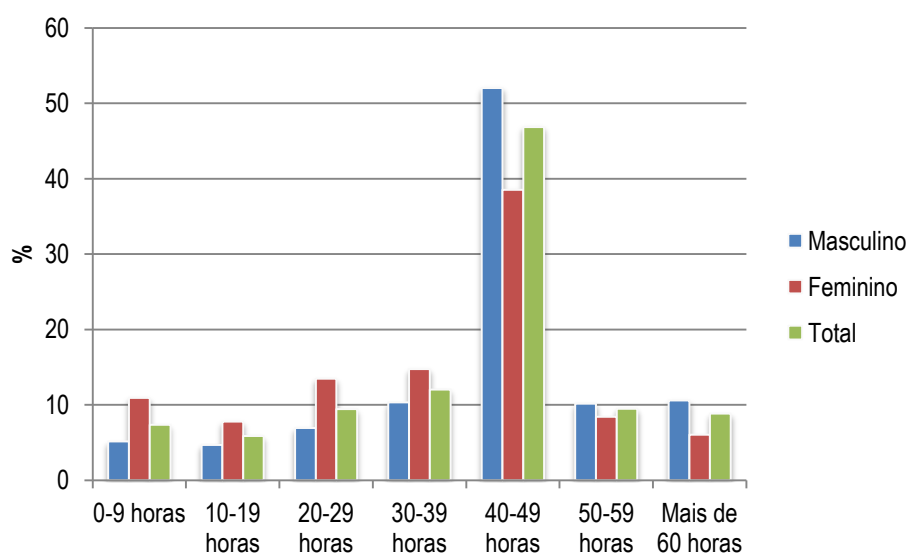
Fonte de recurso	Pessoas	(%)
Minha poupança	80.490	19,0
Dinheiro de familiares ou amigos	103.270	24,4
Empréstimo bancário	34.150	8,1
Não precisou de dinheiro	189.186	44,7
Outro motivo	16.475	3,9
Total	423.570	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.4.5 Horas trabalhadas

A Gráfico 3.5 mostra a distribuição do emprego entre jovens por horas efetivamente trabalhadas por semana. A maioria dos jovens trabalha em tempo integral: 65,2 por cento dos jovens trabalhadores e das trabalhadoras trabalham 40 horas ou mais por semana. Um quinto (20,8 por cento) dos jovens empregados e 14,5 por cento das jovens empregadas aparentemente trabalha um número excessivo de horas (mais de 50 horas semanais). Jornadas curtas – de menos de 20 horas por semana – são mais comuns entre as jovens do que entre os trabalhadores jovens do sexo masculino (18,8 por cento e 9,9 por cento, respectivamente). Somente 10,1 por cento dos jovens trabalhadores (8,0 por cento entre o sexo masculino e 13,3 por cento entre o sexo feminino) que trabalham menos de 30 horas semanais afirmaram que gostariam de trabalhar mais horas.

Gráfico 3.5 Distribuição de emprego entre jovens por horas efetivamente trabalhadas por semana, por sexo



Fonte: TET Brasil, 2013.

3.4.6 Outros indicadores de qualidade do emprego

TET também permite medir a qualidade dos empregos aos quais os jovens têm acesso (OIT, 2013a, Capítulo 4). A Gráfico 3.6 busca caracterizar o mercado de trabalho para jovens no Brasil, juntamente com a distribuição da qualidade do emprego. No âmbito do emprego de baixa qualidade, do lado esquerdo da figura, estão os seguintes cinco indicadores:

- Parcela de trabalhadores autônomos e empregados remunerados com salários ou renda semanal abaixo da média⁸ (mal-remunerados);

⁸ Salários mensais de empregados e renda diária, mensal ou por outro período de tempo específico de trabalhadores autônomos foram convertidos em receitas semanais, para fins de comparabilidade. Familiares que contribuem com trabalho não-remunerado foram excluídos dos cálculos.

- Parcela de trabalhadores com qualificação excessiva ou insuficiente (incompatibilidade de qualificação)⁹;
- Parcela de trabalhadores com contratos com menos de 12 meses de duração, trabalhadores autônomos e trabalhadores familiares (emprego irregular)¹⁰; e
- Parcela de trabalhadores em emprego informal¹¹ (emprego informal); e
- Parcela de trabalhadores que declaram estar insatisfeitos com seu emprego atual (emprego não-satisfatório).

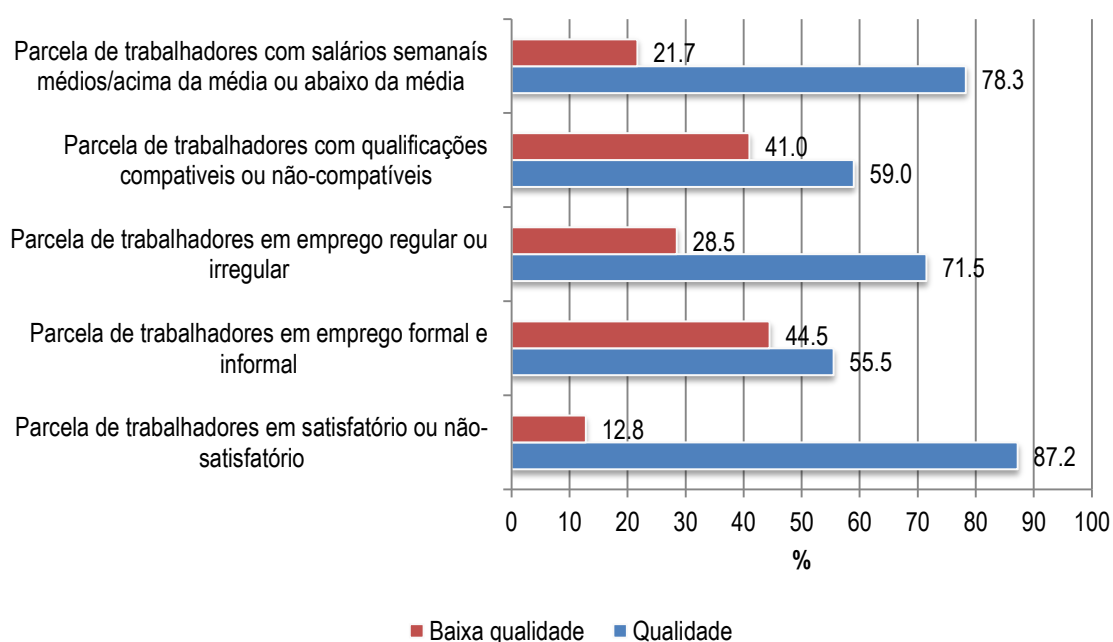
As barras azuis na Gráfico 3.6 representam os indicadores de emprego de melhor qualidade com base em salários, qualificações, estabilidade, formalidade (segurança) e satisfação acima da média. Todos os cinco indicadores apresentam uma maior tendência a emprego de “boa” qualidade do que de baixa qualidade: há mais jovens trabalhando com salários acima da média do que abaixo; a parcela de trabalhadores com emprego regular é significativamente mais alta do que a parcela com emprego irregular; o nível declarado de satisfação no emprego é muito alto (87,2 por cento); e há mais trabalhadores jovens engajados em um emprego compatível com o seu nível de qualificação (59,0 por cento) do que na categoria “qualificação incompatível”.

⁹ A metodologia aplicada é a da abordagem normativa baseada na ISCO, descrita abaixo. A Tabela 3.28 apresenta a equiparação entre os códigos educacionais ISCO e ISCED.

¹⁰ Pessoas não classificáveis por situação de emprego também estão incluídas na categoria de emprego irregular.

¹¹ O emprego informal é medido de acordo com as diretrizes recomendadas pela XVII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho. É necessário assinalar que, no Brasil, todos os assalariados que possuem vínculo empregatício com “carteira de trabalho assinada” são considerados com empregos formais. A carteira de trabalho é um documento oficial, fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que atesta não apenas que o contrato de trabalho está formalizado e é regido por regras trabalhistas estabelecidas por lei (sobretudo da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho), mas que também assegura a existência de diversos direitos e benefícios estabelecidos legalmente. Esse tipo de dispositivo, de acordo com as leis trabalhistas brasileiras, só pode ser instituído por empresas legalmente formalizadas junto às autoridades competentes, em nível federal, estadual ou municipal. O emprego informal inclui as seguintes subcategorias de trabalhadores: (a) trabalhadores remunerados em empregos informais (assalariados sem carteira de trabalho assinada), ou seja, sem direito à previdência social, férias anuais remuneradas ou licença médica remunerada; (b) trabalhadores remunerados (assalariados sem carteira de trabalho assinada) em uma empresa não registrada com menos de cinco empregados; (c) trabalhadores autônomos em uma empresa não registrada com menos de cinco empregados; (d) empregadores em uma empresa não registrada com menos de cinco empregados; e (e) trabalhadores familiares auxiliares (não remunerados).

Gráfico 3.6 Indicadores de mensuração da qualidade do emprego juvenil



Fonte: TET Brasil, 2013.

Um indicador de preocupação é a extensão do emprego informal, que atinge 44,5 por cento dos jovens trabalhadores pesquisados. Os dados desagregados por sexo mostram que a incidência da formalidade é maior entre as mulheres (45,3 por cento) do que os homens (44,0 por cento). Ao observar a estrutura por grupos etários, verifica-se que entre os jovens de 15 a 19 anos que estão trabalhando, quase dois terços dos casos (62,2 por cento) estão em empregos informais; essa proporção é inferior nos grupos etários de 20 a 24 anos (41,9 por cento) e 25 a 29 anos (37,7 por cento). O emprego informal compõe-se de duas subcategorias: trabalhadores no setor informal da economia (unidades econômicas não registradas) e empregados remunerados com empregos informais no setor formal. Esta última categoria recebe salários, mas não recebe benefícios básicos, tais como contribuições à previdência social, férias anuais ou licença médica remunerada, que normalmente acompanham um emprego formal. No Brasil, 65,9 por cento do emprego informal entre os jovens refere-se ao setor informal e 34,1 por cento encontra-se em “empregos informais no setor formal”.

É importante ressaltar que muitos jovens com carteira de trabalho assinada afirmaram, na pesquisa, não saber ou não possuir alguns direitos que, supostamente, estão garantidos por lei. Entre os jovens com carteira de trabalho assinada, 4,5 por cento afirmam não saber ou não possuir férias anuais remuneradas, 13,3 por cento dizem o mesmo no que concerne à licença por enfermidade e quase um terço dos pesquisados (28,8 por cento) afirmam não ter ou desconhecer a existência de contribuição à seguridade social. Se fossem incluídos como trabalhadores com emprego informal aqueles que, mesmo com carteira de trabalho assinada, disseram não conhecer ou não

possuir alguns dos direitos trabalhistas citados, a porcentagem de jovens na economia informal alcançaria 61,6 por cento¹².

A incidência de respostas com dúvidas ou negativas sobre esses direitos é maior entre os mais jovens e aqueles com vínculo de trabalho mais recente, sobretudo os que entraram no emprego no último ano, o que sugere que, mais do que um desrespeito aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores, trata-se, na maior parte dos casos, de desconhecimento dos empregados jovens acerca de alguns benefícios fundamentais relacionados à sua condição de emprego. Tudo isso sugere a necessidade de propor campanhas de informação dirigidas especificamente aos direitos laborais dos jovens.

Qualificação incompatível

Uma maneira de medir a incompatibilidade entre a função desempenhada por uma pessoa e seu nível de qualificação educacional é aplicar a medida normativa de categorias de habilidades ocupacionais da Classificação Internacional de Ocupações (ISCO). A ISCO-08 inclui uma categorização dos principais grupos ocupacionais (níveis ISCO de 1 dígito) por nível educacional, de acordo com a Classificação Internacional Normalizada de Educação (ISCED), reproduzida na Tabela 3.28.

Trabalhadores em um grupo específico que tenham um nível educacional equivalente são considerados compatíveis. Aqueles que têm um nível educacional mais elevado são considerados excessivamente qualificados e os que têm um nível menor de educação são considerados insuficientemente qualificados. Por exemplo, alguém com diploma universitário que desempenha tarefas de auxiliar administrativo (uma ocupação não manual de baixa qualificação) é excessivamente qualificado, enquanto alguém que completar o ensino médio e trabalhar como engenheiro (uma ocupação não manual altamente qualificada) seria insuficientemente qualificado.

Tabela 3.28 Principais grupos ISCO e níveis educacionais

Principais grupos ISCO	Grupo ocupacional amplo	Nível de habilidade
1. Gerentes	Altamente qualificado, não manual	Terciário (ISCED 5-6)
2. Profissionais liberais		
3. Técnicos e profissionais associados		
4. Trabalhadores em serviços administrativos	Baixa qualificação, não manual	Secundário (ISCED 3-4)
5. Trabalhadores em serviços e vendas		
6. Trabalhadores agrícolas e de pesca qualificados	Qualificado, manual	
7. Trabalhadores artesãos e profissões correlatas		
8. Operadores de fábricas e máquinas e montadores		
9. Ocupações básicas	Não qualificado	Primário (ISCED 1-2)

Fonte: OIT, 2013a, p. 29.

¹² Segundo a definição utilizada pelo Escritório da OIT no Brasil, e tomando como fonte a pesquisa PNAD 2012, a taxa de informalidade dos jovens de 16 a 29 anos no país era de 38% (considerando como informais os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores e empregadores por conta própria que não contribuem à seguridade social).

Considerando essas categorias, a maioria dos jovens trabalhadores pesquisados está em ocupações compatíveis com seu nível educacional (59,0 por cento), em comparação com aqueles que atuam em ocupações para as quais estão excessivamente ou insuficientemente qualificados (41,0 por cento). A Tabela 3.29 apresenta dados detalhados: 16,8 por cento na média dos jovens pesquisados que trabalham são excessivamente qualificados e 24,2 por cento têm qualificação insuficiente. Os resultados, em parte, refletem os níveis educacionais alcançados pelos jovens no país. Com uma parcela significativa de jovens ocupados com ensino médio incompleto não surpreende que encontremos mais jovens classificados como insuficientemente qualificados do que como excessivamente qualificados.

Tabela 3.29 Parcela de jovens trabalhadores excessivamente e insuficientemente qualificados, segundo as principais categorias ocupacionais (ISCO-08, %)

Principais grupos ISCO	Excessivamente qualificados	Insuficientemente qualificados
1. Gerentes	0.0	60.2
2. Profissionais liberais	0.0	40.3
3. Técnicos e profissionais associados	0.0	74.9
4. Trabalhadores em serviços administrativos	17.9	5.2
5. Trabalhadores em serviços e vendas	6.9	23.8
6. Trabalhadores agrícolas e de pesca qualificados	0.0	43.3
7. Trabalhadores artesãos e profissões correlatas	1.6	40.7
8. Operadores de fábricas e máquinas e montadores	3.3	28.8
9. Ocupações básicas	52.8	0.0
10. Forças Armadas	0.0	73.0
Total	16.8	24.2

Fonte: TET Brasil, 2013.

O fenômeno da qualificação excessiva tende a ocorrer quando há um número insuficiente de empregos compatíveis com um certo nível educacional. A incompatibilidade entre oferta e demanda força alguns graduados a aceitar trabalhos para os quais estão excessivamente qualificados. No Brasil, jovens excessivamente qualificados são encontrados basicamente em ocupações elementares (52,8 por cento dos jovens trabalhando em ocupações elementares são excessivamente qualificados) e, em grau menor, em serviços administrativos (17,9 por cento) e vendas (6,9 por cento). A consequência é que o jovem excessivamente qualificado irá ganhar menos do que ele ou ela poderia e também não estará realizando todo o seu potencial produtivo.

Há, no entanto, mais jovens em posições que não são compatíveis com seu nível educacional por formação insuficiente. Sessenta por cento (60,2 por cento) dos jovens gerentes, 4 em cada 10 jovens profissionais liberais e 7 em cada 10 jovens técnicos não possuem o nível educacional esperado para o cargo. As demais ocupações também mostram parcelas significativas de trabalhadores insuficientemente qualificados. A formação insuficiente de trabalhadores pode ter um severo impacto sobre a produtividade no trabalho, tornando-se um empecilho significativo ao crescimento econômico, mas também pode impactar o jovem trabalhador em termos da sua autoconfiança. Por fim, a inadequação entre ocupação e qualificação (seja por excesso ou insuficiência) também tende a contribuir para o fenômeno da rotatividade, seja por insatisfação do empregador, seja, como se verá a seguir, pela busca de um emprego mais satisfatório, por parte dos jovens.

3.4.7 Segurança e satisfação

A Gráfico 3.6 mostra que os jovens expressam um alto grau de satisfação pelo seu trabalho (87,2 por cento). Pode-se averiguar mais a fundo as questões de satisfação no trabalho verificando se o jovem que trabalha gostaria ou não de mudar de emprego. Uma parcela significativa de jovens trabalhadores (44,1 por cento, sendo 41,7 por cento do sexo masculino e 47,9 por cento do sexo feminino) afirmaram que gostariam de mudar de emprego, o que representa uma certa contradição em relação às expressões de satisfação no emprego, mais acentuada no caso das mulheres. Os motivos mais comuns para querer mudar de trabalho mostrados na Tabela 3.30 são pagamento insatisfatório (52,0 por cento), condições de trabalho (14,7 por cento), a natureza temporária do atual trabalho (13,9 por cento) e fazer melhor uso das suas qualificações/habilidades (12,1 por cento).

Tabela 3.30 Jovens empregados que gostariam de mudar de trabalho, por motivo e sexo (%)

Motivo	Total	Masculino	Feminino
O emprego atual é temporário	13,9	13,9	13,9
Medo de perder o atual emprego	1,1	1,1	0,9
Trabalhar mais horas pelas tarifas atuais	2,4	2,2	2,6
Receber mais por hora	52,0	52,3	51,6
Trabalhar menos horas, com redução no pagamento	1,0	1,1	0,9
Fazer melhor uso de suas qualificações/habilidades	12,1	10,7	14,0
Ter horário de trabalho mais conveniente	2,4	2,4	2,5
Melhorar as condições de trabalho	14,7	15,7	13,3
Outro	0,4	0,6	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.5 Características do desemprego juvenil

Um jovem é considerado desempregado se ele ou ela não tiver tido nenhum trabalho durante a semana anterior à pesquisa e tiver procurado trabalho ativamente ou estiver disponível para trabalho. Tendo por base o total da população brasileira jovem, 11,8 por cento estão desempregados. Considerando a população jovem economicamente ativa, isso corresponde a 17,9 por cento de desemprego. A taxa de desemprego entre mulheres jovens é significativamente mais alta que a taxa entre homens jovens: 23,5 por cento e 13,9 por cento, respectivamente (Tabela 3.31).

A definição mais estrita de desemprego exige que, para ser considerada “desempregada”, uma pessoa esteja sem trabalho, disponível para trabalhar e ativamente procurando trabalho. A ampliação do critério “ativamente procurando trabalho” faz sentido em circunstâncias onde os meios convencionais de busca de trabalho têm relevância limitada, onde o mercado de trabalho for muito desorganizado, onde a absorção de mão de obra for inadequada ou quando a mão de obra for em grande parte autônoma. “Ampliar” a definição de desemprego aumenta as taxas de desemprego no Brasil de 17,9 por cento para 26,6 por cento, e o número de desempregados em quase 4 milhões ou 66 por cento.

Tabela 3.31 Desemprego entre jovens, definição estrita e ampliada, e desalento por sexo

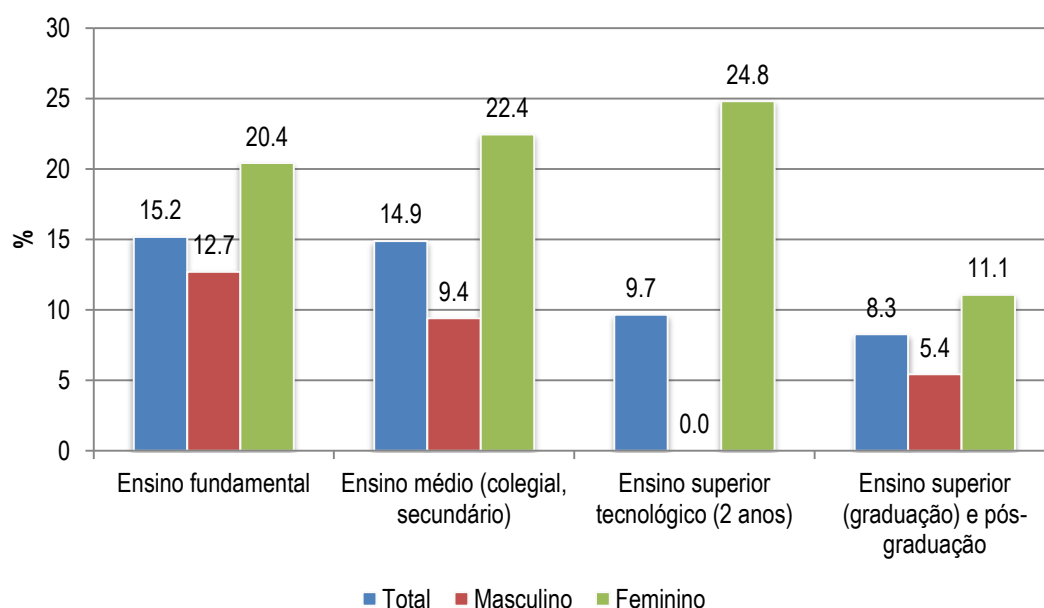
	Total	Masculino	Feminino
Desemprego (estrito)	6.038.878	2.742.448	3.296.430
Desemprego (ampliado)	10.023.361	4.353.431	5.669.930
Proporção de desempregados (% da população jovem)	11,8	10,7	12,8
Taxa de desemprego (definição estrita, %)	17,9	13,9	23,5
Taxa de desemprego (definição ampliada%)	26,6	20,4	34,6
Trabalhadores desalentados	1.344.567	494.895	849.672
Jovens desalentados, como % de desempregados não procurando trabalho ativamente	33,7	30,7	35,8
Jovens desalentados como % da força de trabalho	4,0	2,5	6,1

Fonte: TET Brasil, 2013.

Entre estes jovens que estão sem trabalho, disponíveis para o trabalho, mas não procurando trabalho ativamente (a diferença entre o desemprego estrito e o desemprego ampliado), um terço (33,7 por cento) qualificam como trabalhadores desalentados. Os jovens desalentados desistiram de procurar trabalho por algum motivo, o que implica em frustração em relação ao mercado de trabalho. Motivos específicos incluem: não saber como ou onde procurar trabalho, incapacidade para encontrar trabalho de acordo com as suas habilidades, experiência anterior em procurar trabalho não teve resultado, sentir-se jovem demais para encontrar trabalho e um sentimento de que não há empregos disponíveis na área. De modo geral, a parcela de jovens desalentados na força de trabalho jovem continua pequena, com 4,0 por cento (Tabela 3.31).

O Gráfico 3.7 apresenta os índices de desemprego juvenil por nível educacional. A extensão do desemprego é maior entre os níveis educacionais mais baixos. O índice de desemprego entre jovens graduados do ensino terciário é de 8,3 por cento, comparado a 15,2 por cento entre jovens com educação básica e 14,9 por cento entre jovens com educação secundária, o que denota quão pouco tende a agregar hoje, em termos empregabilidade, a conclusão do ensino médio. Entre os jovens do sexo masculino, a probabilidade de estar desempregado diminui gradativamente a cada nível educacional adicional galgado. Para jovens do sexo feminino, pelo contrário, os índices de desemprego aumentam do nível educacional básico para a educação técnica pós-secundária, mas diminuem significativamente para jovens com educação terciária. Os índices de desemprego entre jovens mulheres são mais altos do que entre homens jovens, em todos os níveis educacionais, porém diferenças de gênero mais significativas (em pontos percentuais) são encontradas nos níveis de ensino profissional secundário e pós-secundário.

Gráfico 3.7 Índices de desemprego entre jovens por nível educacional



*O tamanho da amostra do Ensino Tecnológico é muito reduzido para fornecer uma estimativa confiável.

Fonte: TET Brasil, 2013.

Finalmente, entre os jovens que estavam desempregados no momento da pesquisa, 90,6 por cento tinham procurado emprego nos últimos 30 dias e outros 3,5 por cento tentaram criar o próprio negócio (Tabela 3.32). É importante salientar que a porcentagem de pessoas não ocupadas que se debruçaram sobre a criação de um negócio próprio foi relativamente maior entre os homens (5,5 por cento) do que entre as mulheres (1,9 por cento), embora tenha sido bem pequena em ambos os grupos. Os dados apontam, assim, para uma forte tendência de busca de emprego, para ambos os sexos, e uma maior disposição para a criação de um negócio próprio entre os coortes de idade mais elevados, do que entre os jovens de 15 a 17 anos

Tabela 3.32 Desocupados por procura de emprego nos últimos 30 dias, por sexo

		Total	Masculino	Feminino
Sim procurei emprego	Pessoas	5.472.023	2.405.537	3.066.486
	(%)	90,6	87,7	93,0
Sim tentei criar o meu próprio negócio	Pessoas	213.999	151.383	62.616
	(%)	3,5	5,5	1,9
Não	Pessoas	352.856	185.529	167.327
	(%)	5,8	6,8	5,1
Total	Pessoas	6.038.878	2.742.449	3.296.429
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito aos principais passos dados para arrumarem um emprego, mais da metade dos jovens pesquisados (56 por cento) citou a apresentação de currículos de forma direta em empresas e estabelecimentos; outros 37 por cento consultaram amigos, famílias e conhecidos e 26 por cento fizeram cadastro em agências de emprego. No mundo rural, contudo, a consulta de amigos e familiares chegou a 53,5 por cento (contra 35,4 por cento do urbano) e o cadastro em agências de emprego foi bem menos significativo (10,4 por cento, contra 28,2 por cento na área urbana) (Tabela 3.33). A

apresentação de currículos, que no mundo urbano atinge 57,1 por cento dos entrevistados e é o principal meio de procura de emprego, fica em segundo lugar no mundo rural, com 44,4 por cento das citações. Os dados indicam, em resumo, a pequena presença de serviços de emprego (públicos e privados) nas áreas rurais, cujos jovens dependem muito mais das redes de contato e das indicações de amigos para o acesso e obtenção das vagas de trabalho.

Tabela 3.33 Principais passos dados para arrumar emprego

	Urbana (%)			Rural (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Apresentei currículos de forma direta a fábricas, estabelecimentos agrícolas, mercados, lojas ou outros locais de trabalho	50,3	64,0	57,1	31,8	58,1	44,4
Consultei amigos, familiares, conhecidos	38,2	34,2	35,4	73,7	29,8	53,5
Fiz cadastro numa agência de empregos	29,1	26,8	28,2	10,2	10,7	10,4
Publiquei ou respondi a anúncios de emprego	7,9	6,8	7,3	0,0	0,0	0,0
Passei em uma prova ou entrevista	1,9	2,4	2,1	0,0	0,0	0,0
Esperei na rua para ser contratado em um trabalho eventual	1,1	0,5	0,8	17,1	0,0	9,1
Procurei terrenos, prédios, maquinaria, equipamento para criar meu próprio negócio	1,0	1,8	1,3	5,0	0,0	3,2
Procurei assistência financeira começar um negócio	1,3	0	0,7	0,0	0,0	0,0
Outro	9,2	4,1	6,4	10,3	17,7	13,7

Observação: Como se trata de uma pergunta com resposta múltipla, a soma de todas as respostas é maior que 100 por cento.

Fonte: TET Brasil, 2013.

A duração da busca de trabalho não sofreu grandes variações entre pessoas não ocupadas do sexo feminino e do sexo masculino. Cerca de seis em cada dez jovens pesquisados (57,8 por cento) estavam desempregados há menos de 6 meses, 16,7 por cento entre 6 meses e menos de 1 ano, e 23,9 por cento há um ano ou mais (Tabela 3.34). É importante também ressaltar que pouco mais de 15,7 por cento das pessoas que participaram da pesquisa estavam sem ocupação há menos de 1 mês.

Considerando-se ainda apenas os jovens de 15 a 29 anos que estavam desempregados, cerca de 75,7 por cento deles afirmaram que nunca rejeitaram qualquer trabalho que lhes foi oferecido e apenas 24,1 por cento disseram ter rejeitado. Dentre os principais motivos que os fizeram rejeitar, o mais presente é a baixa remuneração oferecida (31,0 por cento), seguida dos fatos de que o trabalho não era interessante e de que o local não era conveniente (Tabela 3.35). É relevante destacar que, nestes quesitos, há diferenças significativas nas respostas entre homens e mulheres. Enquanto apenas 18,9 por cento delas rejeitaram o trabalho pela baixa remuneração, entre os homens a proporção atinge 45,2 por cento. Por outro lado, 17,3 por cento das mulheres disseram não ter aceitado o trabalho porque o local não era conveniente, enquanto entre os jovens do sexo masculino essa taxa não ultrapassa 6,5 por cento.

Tabela 3.34 Duração da busca por emprego, por sexo

Duração		Total	Masculino	Feminino
Menos de uma semana	Pessoas	199.865	84.695	115.170
	(%)	3,3	3,1	3,5
De 1 semana a menos de 1 mês	Pessoas	746.261	371.516	374.745
	(%)	12,4	13,5	11,4
De 1 mês a menos de 3 meses	Pessoas	1.123.742	501.191	622.551
	(%)	18,6	18,3	18,9
De 3 meses a menos de 6 meses	Pessoas	1.418.806	641.042	777.764
	(%)	23,5	23,4	23,6
De 6 meses a menos de 1 ano	Pessoas	1.005.485	461.773	543.712
	(%)	16,7	16,8	16,5
De 1 ano a menos de 2 anos	Pessoas	803.338	346.265	457.073
	(%)	13,3	12,6	13,9
Mais de 2 anos	Pessoas	642.702	295.387	347.315
	(%)	10,6	10,8	10,5
Não respondeu	Pessoas	98.680	40.580	58.100
	(%)	1,6	1,5	1,8
Total	Pessoas	6.038.879	2.742.449	3.296.430
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Tabela 3.35 Motivo de ter rejeitado o trabalho, por sexo

Motivo		Total	Masculino	Feminino
A remuneração oferecida era muito baixa	Pessoas	452.082	303.556	148.526
	(%)	31,0	45,2	18,9
O trabalho não era interessante	Pessoas	307.612	139.321	168.291
	(%)	21,1	20,7	21,4
O local não era conveniente	Pessoas	179.731	43.886	135.845
	(%)	12,3	6,5	17,3
Demandava muitas horas	Pessoas	138.441	44.792	93.649
	(%)	9,5	6,7	11,9
O trabalho não teria sido compatível com meu nível de formação	Pessoas	65.944	50.555	15.389
	(%)	4,5	7,5	2,0
Estava esperando uma oferta de trabalho melhor	Pessoas	51.169	16.152	35.017
	(%)	3,5	2,4	4,5
A família não aprovou a oferta de trabalho	Pessoas	42.421	0	42.421
	(%)	2,9	0,0	5,4
Não via possibilidades de progredir	Pessoas	21.797	0	21.797
	(%)	1,5	0,0	2,8
Outro	Pessoas	198.026	73.184	124.842
	(%)	13,6	10,9	15,9
Total	Pessoas	1.457.223	671.446	785.777
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Dentre os principais obstáculos para arrumar um emprego citados pelos jovens desempregados, a falta de experiência suficiente foi mencionada por quase um terço (30,0 por cento), seguida da ausência de postos de trabalho disponíveis (16,9 por cento),

do fato de os requisitos exigidos serem maiores que a educação/formação (15,7 por cento) e de serem considerados muito jovens pelos ofertantes de emprego (11,6 por cento) (Tabela 3.36).

Tabela 3.36 Desempregados por principais obstáculos para arrumar um emprego, por sexo (%)

Obstáculo	Total	Masculino	Feminino
Não tenho suficiente experiência de trabalho	30,0	28,8	31,0
Não há suficientes postos de trabalho disponíveis	16,9	16,0	17,6
Os requisitos do emprego eram maiores que a educação/ formação	15,7	18,9	13,0
Acham que sou muito jovem	11,6	10,4	12,7
Horário de trabalho não compatível com escola/ carga horária	4,0	2,4	5,3
Condições ruins de trabalho nos postos disponíveis	3,4	3,3	3,5
Preconceitos e discriminação	2,4	2,3	2,5
Remuneração baixas nos postos disponíveis	2,3	3,0	1,6
Não sabia como ou onde procurar emprego	2,1	3,0	1,3
Responsabilidades familiares	1,3	0,0	2,4
Falta de documentos	0,9	2,0	0,0
Não tem quem cuidar dos filhos/ falta creche	0,7	0,6	0,8
Localização do trabalho/ distância da residência	0,5	0,5	0,5
Muita concorrência na área	0,5	0,0	0,8
Timidez	0,4	0,5	0,3
Outros	1,7	1,5	1,9
Nenhum	4,8	6,2	3,7
Não respondeu	0,8	0,4	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

3.6 Características da juventude fora da força de trabalho (a juventude inativa)

Entre os jovens considerados como inativos, isto é, que estão fora da força de trabalho, 52,7 por cento estão estudando atualmente, 16,7 por cento afirmaram que já completaram os estudos e 30,4 por cento abandonaram a escola antes de se formarem (Tabela 3.37). Portanto, embora quase metade dos jovens inativos não esteja na força de trabalho, descontados os que consideram ter concluído os estudos, não chegam a um terço os jovens inativos que tão pouco estudam. Entre as jovens inativas do sexo feminino, a proporção de pessoas que não trabalham, não procuram trabalho e nem estudam passa da metade (56,0 por cento, contra 30,3 por cento entre os homens), das quais mais de um terço (36,3 por cento) disseram ter abandonado os estudos antes de concluírem, enquanto entre os jovens do sexo masculino essa taxa não chega a um quinto (18,9 por cento). Como é conhecido – e os dados da TET corroboram – o principal determinante dessas diferenças por sexo decorre, sobretudo, da entrada das mulheres jovens mais cedo em relações maritais, e na maternidade, resultante dessa trajetória tradicional de gênero.

Tabela 3.37 Frequência à escola dos jovens inativos, por sexo

Frequência à escola		Total	Masculino	Feminino
Está estudando atualmente	Pessoas	9.276.674	4.148.878	5.127.796
	(%)	52,7	69,7	44,0
Total de não-estudantes inativos	Pessoas	8.334.825	1.803.338	6.531.487
	(%)	47,3	30,3	56,0
– Não, completei meus estudos	Pessoas	2.944.806	651.100	2.293.706
	(%)	16,7	10,9	19,7
– Não, abandonei antes de me formar	Pessoas	5.355.398	1.117.617	4.237.781
	(%)	30,4	18,8	36,3
– Não determinado	Pessoas	34.621	34.621	0
	(%)	0,2	0,6	0,0
Total	Pessoas	17.611.499	5.952.216	11.659.283

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito, por sua vez, aos níveis de escolaridade, um terço dos jovens inativos não concluíram sequer o ensino fundamental, enquanto 42,7 por cento possuem o fundamental completo, 26,2 por cento concluíram o ensino médio e 1,0 por cento conseguiram terminar ensino superior (Tabela 3.38). Embora haja diferenças entre os segmentos de idade, os jovens inativos possuem predominantemente baixa escolaridade, com ao menos um terço deles sem ter concluído sequer o ensino fundamental.

Neste caso, mais uma vez, há importantes diferenças quando são analisados os dados de acordo com algumas faixas etárias específicas. Se entre os jovens inativos de 15 a 17 anos, a porcentagem dos que estão estudando atualmente é de 90,2 por cento (chegando a 93,8 por cento entre as mulheres), essa proporção cai significativamente na faixa etária dos 18 a 24 anos, para 41,5 por cento, e atinge apenas 13,2 por cento entre os jovens com idade entre 25 e 29 anos. Por outro lado, a taxa de inativos que abandonaram a escola antes de se formar é de apenas 7,9 por cento no grupo de 15 a 17 anos, passando a ser de 38,1 por cento entre os que possuem de 18 a 24 anos e atingindo o máximo de 52,5 por cento na faixa etária entre 25 e 29 anos.

Tabela 3.38 Nível de escolaridade dos jovens inativos, por sexo

Nível de escolaridade		Total	Masculino	Feminino
Sem instrução e Fundamental incompleto	Pessoas	5.250.341	1.798.854	3.451.487
	(%)	29,8	30,2	29,6
Fundamental completo e Médio incompleto	Pessoas	7.522.034	2.778.286	4.743.748
	(%)	42,7	46,7	40,7
Médio completo e Superior incompleto	Pessoas	4.611.756	1.326.836	3.284.920
	(%)	26,2	22,3	28,2
Superior completo	Pessoas	181.944	31.474	150.470
	(%)	1,0	0,5	1,3
Não determinado	Pessoas	45.424	16.766	28.658
	(%)	0,3	0,3	0,2
Total	Pessoas	17.611.499	5.952.216	11.659.283
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Dentre os principais motivos de não terem tido disponibilidade de trabalhar na semana anterior à pesquisa, 36,1 por cento dos jovens inativos citaram motivos ligados à educação/formação, 27,4 por cento a razões relacionadas a responsabilidades familiares ou trabalho no lar, e outros 8,3 por cento a doenças, lesão ou incapacidade (Tabela 3.39). Cerca de 8,2 por cento das mulheres citaram ainda a gravidez como motivo principal de não estarem disponíveis para trabalhar e quase quatro em cada dez jovens pesquisadas apontaram responsabilidades familiares e ligadas ao lar como razões para não estarem trabalhando.

Tabela 3.39 Principal motivo de não ter tido disponibilidade de trabalhar, por sexo

Motivo		Total	Masculino	Feminino
Educação/formação	Pessoas	1.621.471	688.113	933.358
	(%)	36,1	47,6	30,7
Responsabilidades familiares ou trabalho no lar	Pessoas	1.230.600	47.608	1.182.992
	(%)	27,4	3,3	38,9
Doença, lesão ou incapacidade	Pessoas	370.830	168.307	202.523
	(%)	8,3	11,6	6,7
Muito jovem para trabalhar	Pessoas	303.063	160.423	142.640
	(%)	6,8	11,1	4,7
Gravidez	Pessoas	249.319	0	249.319
	(%)	5,6	0,0	8,2
Não quer trabalhar	Pessoas	196.575	144.270	52.305
	(%)	4,4	10,0	1,7
Fora de temporada	Pessoas	67.287	54.543	12.744
	(%)	1,5	3,8	,4
Outro motivo	Pessoas	432.482	182.277	250.205
	(%)	9,6	12,6	8,2
Não respondeu	Pessoas	15.860	0	15.860
	(%)	0,4	0,0	0,5
Total	Pessoas	4.487.487	1.445.541	3.041.946
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

4. Etapas da transição

4.1 Conceitos e definições¹³

A abordagem da OIT sobre a transição dos jovens para o mercado de trabalho mede não somente a extensão de tempo entre o término da educação (seja após completar os estudos ou após a saída antecipada, sem finalização dos estudos) até a primeira entrada em qualquer trabalho, mas também elementos qualitativos, tais como se o emprego é estável (medido pelo tipo de contrato). A pesquisa TET foi elaborada de modo a aplicar uma definição mais estrita de “emprego estável” do

¹³ Esta seção é adaptada de OIT (2013a), capítulo 5.

que a usada normalmente neste gênero. Partindo da premissa de que uma pessoa não fez a “transição” até se estabelecer em um emprego que atenda critérios bastante básicos de estabilidade, conforme definido pela duração do contrato, a OIT está introduzindo um novo elemento de qualidade à definição padrão de transição para o mercado de trabalho. Contudo, somente uma parcela muito pequena de jovens em muitas economias em desenvolvimento, especialmente em economias de baixa renda, algum dia encontrarão emprego estável, o que significa que as estatísticas provavelmente não têm um enquadramento suficientemente amplo. Por este motivo, tomou-se a decisão de olhar também para a satisfação no emprego e integrá-lo ao conceito de transição para o mercado de trabalho.

Mais especificamente, a transição para o mercado de trabalho é definida como a passagem de uma pessoa jovem (entre 15 e 29 anos) ao fim da sua vida escolar (ou entrada na primeira atividade econômica) até o primeiro emprego estável ou satisfatório. O emprego estável é definido em termos do contrato de trabalho (por escrito ou verbal) e a duração do contrato (superior a 12 meses). Ao acrescentar a questão do contrato, automaticamente se exclui a condição de trabalho do autônomo, onde a relação de emprego não é definida por um contrato por escrito. O oposto é o emprego temporário ou o emprego assalariado de duração limitada. Emprego satisfatório é um conceito subjetivo, baseado na auto-avaliação do detentor do emprego. Implica em um emprego que o entrevistado considere que “se encaixe” com a sua trajetória desejada de trabalho naquele momento. O oposto é denominado emprego não-satisfatório, implicando em um sentimento de insatisfação com relação ao emprego.

1. **Transição completa:** uma pessoa completou a transição (ou é “transicionada”) quando, no momento da pesquisa, tem:
 - um trabalho estável e satisfatório,
 - um trabalho estável mas insatisfatório,
 - um trabalho satisfatório mas temporário, ou
 - um trabalho por conta própria satisfatório.
2. **Em transição:** um jovem continua em transição se encontra-se em uma das seguintes situações:
 - está desempregado (definição ampliada)¹⁴,
 - está empregado (remunerado) em um trabalho temporário e insatisfatório,
 - trabalha por conta própria e está insatisfeito, ou
 - está inativo e não estuda, mas se propõe a buscar trabalho futuramente.
3. **Transição não iniciada:** um jovem que ainda não começou a transição se encontra em uma das seguintes situações:
 - está inativo e estudando, ou
 - está inativo e não estuda, nem tem intenção de buscar trabalho.

¹⁴ Desempregado (definição ampliada) isto é, pessoas que não estão trabalhando, estão disponíveis para trabalhar e que no se engajaram em uma procura ativa de emprego.

4.2 Etapas da transição por diferentes características socioeconômicas

De acordo com os dados levantados, pouco mais da metade dos jovens pesquisados (51,7 por cento) completou a transição de acordo com os critérios estabelecidos (sobretudo os jovens do sexo masculino, 63,6 por cento, contra 39,9 por cento das jovens), enquanto 32,3 por cento estão em transição (23,3 por cento dos jovens, 41,2 por cento das jovens) e 16,0 por cento (respectivamente 13,1 por cento e 19,0 por cento) ainda não a iniciaram (Tabela 4.1). Esta terceira categoria equivale a pouco mais de 8 milhões de jovens (16 por cento) que (a) só estudam ou (b) que não estudam, não trabalham nem pretendem procurar trabalho.

Uma vez que os critérios de transição combinam indicadores objetivos (como a definição de estabilidade no trabalho) e subjetivos (como o grau de satisfação percebido no trabalho) os resultados são influenciados por múltiplos fatores, como gênero, renda domiciliar, raça/cor, região etc.

Tabela 4.1 Jovens de 15 a 29 anos, por etapas de transição e sexo

	Total		Masculino		Feminino	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Transição completa	26.223.250	51,7	16.082.309	63,6	10.140.941	39,9
Em transição	16.380.753	32,3	5.905.095	23,3	10.475.657	41,2
Transição não iniciada	8.140.817	16,0	3.314.761	13,1	4.826.056	19,0
Total	50.744.819	100,0	25.302.165	100,0	25.442.654	100,0

Observação: É importante salientar que 1,2 por cento dos jovens não puderam ser classificados em nenhuma etapa de transição por não terem respondido uma ou mais perguntas utilizadas para construir essa variável. Os jovens são excluídos do total nesta tabela e outra relativa às etapas de transição.

Fonte: TET Brasil, 2013.

Considerando-se as situações específicas que caracterizam cada uma das etapas de transição, 33,6 por cento dos jovens pesquisados possuem um trabalho estável e satisfatório, 4 por cento um trabalho estável mas insatisfatório, 2,1 por cento um trabalho satisfatório mas temporário, e 11,3 por cento um trabalho por conta própria satisfatório (Tabela 4.2). No grupo dos jovens que ainda se encontram em transição, 19,5 por cento estão desempregados, 0,4 por cento estão empregados em um trabalho temporário e insatisfatório, 2,1 por cento trabalham por conta própria e estão insatisfeitos, e 9,8 por cento estão inativos e não estudam, mas pretendem buscar trabalho futuramente. No grupo dos que não iniciaram a transição, por sua vez, 14,5 por cento ainda só estudam e 1,4 por cento estão inativos, não estudam e não possuem a intenção de buscar trabalho no futuro. Trata-se, nesta última categoria, de um grupo composto por pouco mais de 700 mil jovens que ainda não começaram a transição e sequer possuem perspectivas de iniciá-la.

No que diz respeito aos perfis educacionais dos jovens que se encontram em cada etapa de transição, algumas observações merecem ser pontuadas. A primeira se refere ao fato de que 25,8 por cento dos jovens considerados com transição completa ainda estão estudando (Tabela 4.3). É comum no Brasil o ingresso do jovem no mundo do trabalho muito antes de terminar os estudos. Grande parte dos jovens brasileiros que estudam busca conciliar a trajetória de formação com o mundo do trabalho, protagonizando idas e vindas entre os dois sistemas. Outro ponto que merece atenção diz respeito ao fato de que mais de quatro em cada dez jovens em transição (43,2 por cento) abandonaram os estudos antes de se formarem e 91,3 por cento daqueles que ainda não iniciaram a transição apenas estudavam no momento da pesquisa.

Tabela 4.2 Situações específicas por etapas de transição

	Pessoas	(%)
Transição completa		
Trabalho estável e satisfatório	17.270.950	33,6
Trabalho estável mas insatisfatório	2.075.085	4,0
Trabalho satisfatório mas temporário	1.080.643	2,1
Trabalho por conta própria satisfatório	5.796.572	11,3
Em transição		
Desemprego (definição relaxado)	10.023.361	19,5
Em um trabalho temporário e insatisfatório	209.094	0,4
Trabalha por conta própria e está insatisfeito	1.105.498	2,2
Inativo e não estuda, mas se propõe a buscar trabalho futuramente	5.042.800	9,8
Transição não iniciada		
Inativo e estudando	7.433.567	14,5
Inativo e não estuda, nem tem intenção de buscar trabalho	707.250	1,4
Total	50.744.819	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Tabela 4.3 Etapas de transição por relação com a formação escolar

Etapa de transição		Está estudando atualmente	Não, completou os estudos	Não, abandonou antes de se formar	Não respondeu	Total
Transição completa	Pessoas	6.771.828	10.083.639	9.313.760	54.023	26.223.250
	(%)	25,8	38,5	35,5	0,2	100,0
Em transição	Pessoas	4.636.709	4.650.029	7.078.242	15.773	16.380.753
	(%)	28,3	28,4	43,2	0,1	100,0
Transição não iniciada	Pessoas	7.433.567	203.944	484.459	18.846	8.140.816
	(%)	91,3	2,5	6,0	0,2	100,0
Total	Pessoas	18.842.104	14.937.612	16.876.461	88.644	50.744.819
	(%)	37,1	29,4	33,3	0,2	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito, por sua vez, aos diferentes graus de escolaridade, é muito clara a tendência de crescimento da porcentagem de jovens “transicionados” conforme se elevam os níveis de estudo. Se a porcentagem de jovens que completaram a transição é de 39,3 por cento entre os que não possuem instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto, essa proporção chega a 82,7 por cento entre aqueles que possuem ensino superior completo (Tabela 4.4). Entre os que estão em transição, quase um terço (32,3 por cento) possui ensino fundamental completo e outros 28,4 por cento concluíram o ensino médio. Já entre os jovens que ainda não iniciaram a transição, apenas 11 por cento possuem nível de ensino médio ou superior.

Tabela 4.4 Etapa de transição por nível de escolaridade

Etapa de transição	Sem instrução e Fundamental incompleto	Fundamental completo e Médio incompleto	Médio completo e Superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total
--------------------	--	---	--------------------------------------	-------------------	-----------------	-------

Transição completa	Pessoas	4.386.226	8.071.190	12.278.764	1.431.404	55.666	26.223.250
	(%)	39,3	43,5	64,1	82,7	49,2	51,7
Em transição	Pessoas	4.659.565	5.990.166	5.448.871	240.576	41.574	16.380.752
	(%)	41,7	32,3	28,4	13,9	36,7	32,3
Transição não iniciada	Pessoas	2.123.843	4.501.443	1.439.683	59.838	16.010	8.140.817
	(%)	19,0	24,2	7,5	3,5	14,1	16,0
Total	Pessoas	11.169.634	18.562.799	19.167.318	1.731.818	113.250	50.744.819
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

As diferentes etapas de transição também estão fortemente relacionadas com as faixas etárias dos jovens pesquisados. Se entre as pessoas de 15 a 19 anos a proporção de “transicionados” é de 32,1 por cento, essa taxa sobe para 58,5 por cento entre os que estão na faixa dos 20 a 24 anos e chega a 65,8 por cento entre aqueles que possuem de 25 a 29 anos de idade (Tabela 4.5). Por outro lado, se um-terço dos jovens de 15 a 19 anos ainda não iniciaram a transição, essa proporção cai significativamente para 5,1 por cento entre aqueles cuja idade está na faixa dos 25 a 29 anos.

Tabela 4.5 Etapa de transição por grupos de idade

Etapa de transição		15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	Total
Transição completa	Pessoas	5.692.255	9.466.632	11.064.362	26.223.249
	(%)	32,1	58,5	65,8	51,7
Em transição	Pessoas	6.041.618	5.453.667	4.885.467	16.380.752
	(%)	34,0	33,7	29,1	32,3
Transição não iniciada	Pessoas	6.020.261	1.260.406	860.151	8.140.818
	(%)	33,9	7,8	5,1	16,0
Total	Pessoas	17.754.134	16.180.705	16.809.980	50.744.819
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Há também diferenças significativas entre os perfis de transição quando as etapas específicas são analisadas de acordo com a natureza da área em que os jovens se encontram. Se, por um lado, as taxas de jovens que não iniciaram a transição são bem parecidas entre o mundo urbano e rural (15,8 por cento e 17,7 por cento, respectivamente), a área rural apresenta desvantagens mais significativas no que diz respeito às outras duas etapas, com 45,3 por cento dos seus jovens em transição completa (contra 52,8 por cento da urbana) e 37 por cento dos pesquisados ainda em transição (contra 31,5 por cento do setor urbano) (Tabela 4.6).

Não há, contudo, grande distinção de tendências entre os jovens e suas etapas de transição quanto à localização do município de moradia: se capital, região metropolitana ou interior. Embora haja uma pequena vantagem das regiões metropolitanas no que diz respeito à proporção de “transicionados” em nenhum dos tipos de transição as diferenças são maiores que 5 pontos percentuais. O interior apresentou uma taxa de jovens que não iniciaram a transição (15,4 por cento) ligeiramente inferior à detectada nas capitais (18,3 por cento) (Tabela 4.7).

Tabela 4.6 Etapa de transição por área (urbana/rural)

Etapa de transição		Urbana	Rural	Total
Transição completa	Pessoas	22.819.401	3.403.849	26.223.250
	(%)	52,8	45,3	51,7
Em transição	Pessoas	13.600.551	2.780.201	16.380.752
	(%)	31,5	37,0	32,3
Transição não iniciada	Pessoas	6.810.007	1.330.810	8.140.817
	(%)	15,8	17,7	16,0
Total	Pessoas	43.229.959	7.514.860	50.744.819
	(%)	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

Tabela 4.7 Etapa de transição por natureza do município

Etapa de transição		Capital	Regiões metropolitanas	Interior	Total
Transição completa	Pessoas	6.370.512	4.574.928	15.277.810	26.223.250
	(%)	52,2	55,0	50,6	51,7
Em transição	Pessoas	3.604.603	2.500.439	10.275.711	16.380.753
	(%)	29,5	30,0	34,0	32,3
Transição não iniciada	Pessoas	2.227.440	1.247.926	4.665.450	8.140.816
	(%)	18,3	15,0	15,4	16,0
Total	Pessoas	12.202.555	8.323.293	30.218.971	50.744.819
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que concerne especificamente à renda familiar, há uma visível tendência de aumento das faixas de renda conforme cresce a proporção de jovens que já concluíram a transição. Enquanto, por exemplo, apenas 25,5 por cento dos jovens cuja renda familiar é de até um salário mínimo já completaram a transição, esta proporção é de 66,2 por cento entre aqueles cuja renda familiar supera dez salários mínimos (Tabela 4.8).

Tabela 4.8 Etapa de transição por renda familiar mensal

Etapa de transição	Transição completa	Em transição	Transição não iniciada	Total
Até R\$ 678,00	25,5	57,8	16,7	100,0
Mais de R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00	45,6	39,1	15,2	100,0
Mais de R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00	58,3	28,0	13,7	100,0
Mais de R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00	70,6	17,2	12,2	100,0
Mais de R\$ 2.712,00 a R\$ 3.390,00	62,2	24,9	12,8	100,0
Mais de R\$ 3.390,00 a R\$ 4.746,00	67,1	13,9	19,1	100,0
Mais de R\$ 4.746,00 a R\$ 6.780,00	73,0	12,2	14,8	100,0
Mais de R\$ 6.780,00 a R\$ 10.170,00	66,2	9,4	24,4	100,0
Mais de R\$ 10.170,00	55,0	12,6	32,4	100,0
Não teve	17,3	57,4	25,3	100,0
Não sabe	43,4	28,9	27,6	100,0
Recusa	55,6	22,2	22,2	100,0
Total	51,7	32,3	16,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013.

4.3 Caminhos e duração da transição

A qualificação de cada emprego que o jovem pesquisado teve conforme o tipo de contrato e a classificação da satisfação do trabalho determinam, segundo os critérios da OIT, em qual dos seguintes caminhos da transição ele se encontra. A extensão da transição pode se qualificar como “curta”, “média” ou “longa”.

Uma **transição curta** é aquela na qual, antes de obter um emprego satisfatório/estável que possui no momento da entrevista, o jovem passou por uma das seguintes situações:

- transição direta: a primeira experiência de um jovem depois de terminar os estudos é a contratação em um trabalho satisfatório ou estável;
- um período ou períodos cumulativos de emprego estável ou satisfatório, sem período de desemprego ou inatividade;
- um período ou períodos cumulativos de emprego menor ou igual a um ano, sem período de desemprego ou inatividade, onde o emprego é classificado como temporário e insatisfatório ou por conta própria e insatisfatório;
- um período de desemprego com ou sem períodos de emprego ou inatividade menor ou igual a três meses; ou
- um período de inatividade menor ou igual a um ano.

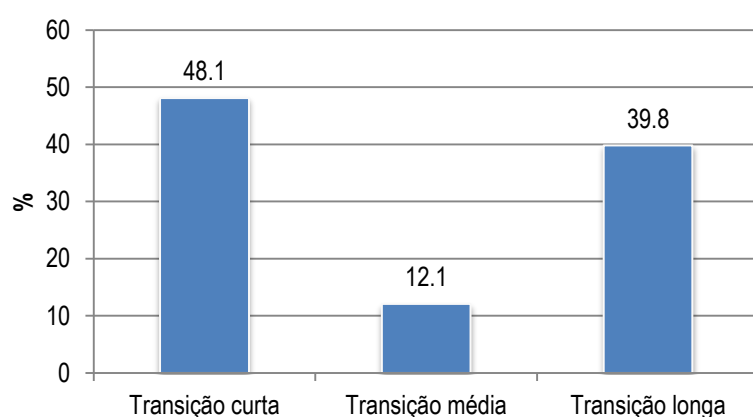
Uma **transição média** é aquela em que, antes de obter o emprego satisfatório/estável que possui no momento da pesquisa, o jovem passou por uma das seguintes situações:

- um período ou períodos cumulativos de emprego temporário e insatisfatório ou por conta própria e insatisfatório, entre um e dois anos, sem períodos de desemprego ou inatividade;
- um período de desemprego com ou sem períodos de emprego ou inatividade entre 3 meses e um ano; ou
- um período de inatividade maior que um ano.

Por fim, uma **transição longa** é aquela em que, antes de obter o emprego satisfatório/estável que possui no momento da pesquisa, o jovem passou por uma das seguintes situações:

- um período ou períodos cumulativos de emprego temporário ou insatisfatório ou por conta própria e insatisfatório, por dois anos ou mais, sem períodos de desemprego ou inatividade; ou
- um período de desemprego de um ano ou mais sem períodos de emprego ou inatividade.

Se forem analisados apenas os jovens que já concluíram a transição, é possível observar que quase metade deles (48,1 por cento) passou por uma transição curta, 12,1 por cento por uma transição média e 39,8 por cento uma transição longa (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 Extensão da transição

Fonte: TET Brasil, 2013.

No que diz respeito, por fim, à duração média de transição para os jovens pesquisados, ela foi de 41,6 meses entre os homens e 39,0 meses entre as mulheres (Tabela 4.9). Se forem excluídos aqueles que tiveram uma transição direta – isto é, que imediatamente após concluírem os estudos obtiveram um trabalho estável ou satisfatório –, as médias de tempo atingem 55,1 meses e 56,9 meses, respectivamente. No que concerne ao número médio de atividades intermediárias (entre um trabalho e outro), tanto entre homens quanto entre as mulheres, chegou a 3,6 atividades. O número médio de períodos de desemprego foi de 1,7 e a duração média desses períodos foi de 20,9 meses entre os homens e 23,4 meses entre as mulheres. Ficou em torno de 1,5 o número médio de períodos de emprego temporário e de 1,3 o número médio de períodos em que o jovem trabalhou por conta própria. Entre os jovens que ainda estão em transição, por fim, a duração média deste período já dura 56,4 meses entre os homens e 57,9 meses entre as mulheres.

Tabela 4.9 Caminho e duração da transição (para transicionados)

	Total	Masculino	Feminino
Tempo médio de transição - excluindo transição direta	55.7 meses	55.1 meses	56.9 meses
Tempo médio de transição - incluindo transição direta	40.6 meses	41.6 meses	39.0 meses
Tempo médio de transição para um emprego estável - Incluindo transição direta	40.5 meses	41.6 meses	38.6 meses
Tempo médio de transição para conta-própria ou temporário satisfatórios - Incluindo transição direta	40.9 meses	41.5 meses	40.1 meses
Número médio de atividades intermediárias	3,6	3,6	3,6
Número médio de períodos de desemprego	1,7	1,7	1,7
A duração média dos períodos de desemprego	21.7 meses	20.9 meses	23.4 meses
Número médio de períodos de emprego temporário	1,5	1,5	1,3
A duração média dos períodos de trabalho temporário	9.7 meses	10.9 meses	7.4 meses
Número médio de períodos de trabalho por conta própria	1,3	1,3	1,5
A duração média dos períodos de trabalho por conta própria	31.8 meses	31.2 meses	33.3 meses
Tempo médio de transição para a juventude que permanece em transição	57.3 meses	56.4 meses	57.9 meses

Observação: A fim de obter estimativas que sejam comparáveis às de outros países que realizaram a SWTS (pesquisa TET) que não capturaram a história econômica dos atuais estudantes, este segmento foi excluído da análise do período de transição no Brasil. Manter os 6,7 milhões de jovens estudantes que completaram a transição na análise não impacta os resultados significativamente.

Fonte: TET Brasil, 2013.

Os dados mostram um caminho relativamente longo e indireto de transição para os jovens. Outras fontes confirmam esse segmento da população perde seus empregos com mais frequência do que os trabalhadores mais velhos. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁵, entre 1996 e 2010, a taxa média anual de separação (razão entre o número de trabalhadores que saem de seus postos de trabalho por demissão voluntária ou involuntária em relação ao estoque de trabalhadores) foi de 72,4 por cento. Ou seja, sete em cada dez trabalhadores jovens, em média, desligaram-se ou foram desligados de seus postos de trabalho ao longo de um ano, enquanto a taxa de separação dos trabalhadores mais velhos foi de pouco mais que a metade, oscilando em torno de 41,3 por cento. Como aponta o estudo, “colocadas juntamente, as taxas de contratação e separação mais altas indicam um mercado de trabalho mais ‘turbulento’” para os jovens, em que empregos curtos associados com taxas mais elevadas de separação coexistem com a entrada rápida no emprego e taxas de contratação mais elevadas, em média” (Corseuil et al, 2013, p. 24).

Ainda segundo o estudo, os dados da RAIS parecem indicar que esses jovens não concorrem diretamente com os mais velhos a vagas no mercado de trabalho, mas sim estão alocados predominantemente em empresas e setores com maiores taxas de rotatividade e relações trabalhistas mais instáveis¹⁶. Ademais, conforme apontou outra pesquisa recente realizada pela Secretaria Nacional da Juventude com o mesmo segmento etário (jovens de 15 a 29 anos), no Brasil a relação dos jovens tanto com o mundo do trabalho como com o mundo escolar se desenvolve através de percursos que nem sempre são lineares e contínuos. Segundo aponta o estudo, a condição de estar estudando e trabalhando, no caso dos jovens brasileiros, muitas vezes configura-se como conjuntural – seja em suas trajetórias de vida, seja frente às demandas e possibilidades decorrentes da conjuntura que o Brasil atravessa –, com idas e vindas entre o mundo do trabalho e a escola (SNJ, 2013, p. 19).

5. Principais conclusões e implicações para as políticas públicas:

Os dados da pesquisa vão ao encontro de algumas tendências já apontadas por outros estudos recentes, como os citados acima, e corroboram a constatação de que “a juventude brasileira é grande, diversa e ainda muito atravessada por desigualdades” (SNJ, 2013, p. 10). Com a análise dos resultados e cruzamento das centenas de variáveis criadas a partir dos dados coletados, este estudo contribui significativamente para fornecer ferramentas para a compreensão de muitas situações que caracterizam a realidade da condição juvenil no Brasil.

¹⁵ A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) consiste numa importante fonte de dados (registros administrativos) sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, tendo sido criada em 1975 pelo então Ministério do Trabalho (hoje Ministério do Trabalho e Emprego – MTE). Devido ao seu grande alcance e ao detalhamento de seus dados, a RAIS pode ser considerada como um verdadeiro censo dos empregados formais no Brasil, bastante revelador de uma parte significativa da estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

¹⁶ De acordo com o estudo, as contratações de jovens tendem a se concentrar em firmas e setores “nos quais as relações trabalhistas são mais instáveis”, o que indica que “a alta rotatividade observada para os trabalhadores jovens pode ser, pelo menos em parte, devido à alocação deste grupo entre os setores” (Corseuil et al., 2013, p. 28).

Seguem os principais destaques que emergem dos resultados da pesquisa, e considerações sobre suas implicações para as políticas públicas focadas na juventude, nos campos da educação e do trabalho:

1. Conforme definido na análise que embasa a elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente (BRASIL, 2011), **a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora e em parte significativa tem se esforçado para combinar trabalho e estudo.** Em consonância com os dados do Censo 2010 e das recentes PNADs, a pesquisa apontou que a maioria dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos está trabalhando ou procurando trabalho, em todos os segmentos etários deste grupo específico (excetuando o grupo de 15 a 17 anos, em que predominam os não economicamente ativos). Além disso, os mundos do estudo e do trabalho são antes complementares do que excludentes, havendo, em concomitância ao crescimento das taxas de escolaridade, forte disposição dos jovens, independentemente do nível de renda, em ingressar no mercado de trabalho. Não obstante, conforme apontam estudos que vêm sendo sistematizados há quase uma década (Abramo & Branco, 2005; Corrochano et al, 2008), são os jovens pertencentes a famílias com rendimentos mais elevados que têm mais oportunidade de obter um emprego, e de melhor qualidade, o que aponta que as desigualdades “se expressam principalmente nas suas chances de encontrar trabalho e no tipo de trabalho encontrado” (Abramo, 2013, p. 41).
2. **A despeito da quase “universalização” do ensino fundamental no Brasil e do grande crescimento no acesso ao ensino médio nas duas últimas décadas, ainda há uma significativa defasagem escolar na juventude brasileira, que atinge quase 4 em cada dez jovens de 15 a 29 anos.** Entre os jovens de 25 a 29 anos que vivem em áreas rurais e ainda estudam, quase um terço ainda está no ensino fundamental e outros 35,3 por cento permanecem no ensino médio. Além do desafio ligado à questão da qualidade do ensino, que não foi tratado nesta pesquisa, a juventude brasileira ainda sofre significativamente uma dificuldade mais básica: a do acesso aos níveis de ensino mais elevados. Trata-se aqui, de uma questão que ainda prejudica sobremaneira, não só os ganhos de produtividade e o maior dinamismo do mercado de trabalho e da economia brasileira, como a possibilidade de inclusão decente de parte considerável dos jovens nesse mercado. Sendo assim, a entrada e permanência em uma educação básica de qualidade ainda se configuram como “uma questões prioritária a serem enfrentadas, de modo simultâneo à ampliação do acesso ao ensino superior e à qualificação profissional” (Abramo, 2013, p. 41).
3. **A qualificação incompatível levanta uma preocupação por sugerir que os sistemas educativos e de formação profissional não preparam os/as jovens adequadamente para o mundo do trabalho.** O fato de que 41 por cento dos jovens ocupados que foram entrevistados estavam trabalhando em ocupações para as quais eram excessivamente ou insuficientemente qualificados reforça a importância de melhorar a qualidade das políticas educacionais e de formação profissional, inclusive para desenhar ou ajustar os cursos com um olhar voltado para as demandas do setor produtivo. Além disso, para diminuir este desajuste entre a educação e o mercado de trabalho, seria necessário oferecer orientações e informações para os jovens no ensino médio sobre a evolução das demandas ocupacionais do mercado de trabalho.
4. **O desemprego e a informalidade também atingem jovens de diferentes níveis de escolaridade e provenientes de distintos níveis de renda familiar,** o que indica “que o crescimento da escolaridade e das oportunidades de formação profissional, apesar de serem elementos fundamentais, não são suficientes para a construção das trajetórias de trabalho decente para os jovens”, sendo necessário “ampliar as oportunidades de emprego de qualidade e com proteção social para os(as) jovens que

buscam a sua inserção no mercado de trabalho, seja por razões de necessidade econômica (individual e/ou familiar), seja por razões relativas à sua autonomia” (Abramo, 2013, p. 41). É preciso, em outras palavras, garantir “políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos, a permanência na escola e o ingresso no ensino superior, gerando possibilidades de trabalho regular, a fim de que os jovens possam ganhar experiência e romper com esse ciclo de exclusão” (Lobato and Labrea, 2013, p. 35).

5. Um indicador de qualidade de emprego que merece atenção especial é o aumento do emprego juvenil em condições de informalidade que, segundo os dados da pesquisa TET, aumentou para 44,5 por cento dos jovens ocupados entrevistados, com maior incidência entre as jovens mulheres (45,3 por cento) do que entre os jovens homens (44 por cento). Existe uma grande heterogeneidade entre as situações dos jovens trabalhando na informalidade. No entanto, todos compartilham a mesma vulnerabilidade básica da baixa qualidade e precariedade dos empregos por não terem a proteção social e seus direitos trabalhistas garantidos pela carteira assinada. Esta heterogeneidade da informalidade tem implicações críticas para o desenho das políticas. Como sugerido pela OIT (2013b), as políticas que facilitam a transição para a formalidade precisam de uma abordagem integrada, que vai desde políticas que incentivam o aumento da produtividade para elevar a capacidade das unidades produtivas de cumprir com as normas laborais, até incentivos fiscais e fortalecimento da fiscalização.
6. Com relação aos aspectos mencionados em cima, o fato de que mais de um quarto dos jovens empregados com carteira assinada afirmaram que não contribuem (ou que não sabiam se contribuía) para a previdência social, totalizando um em cada sete trabalhadores que desconhece o direito à licença médica, indica a **necessidade de campanhas informativas para conscientizar os jovens em relação aos seus direitos trabalhistas.**
7. **Embora apresentem níveis educacionais um pouco mais elevados que os dos homens, as mulheres jovens ainda recebem, em média, rendimentos menores.** A média de rendimentos das mulheres ocupadas de 15 a 29 anos ainda corresponde a 74 por cento da dos homens (R\$ 903 contra R\$ 1,214). Além disso, as taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho ainda são significativamente inferiores às dos homens, e significativamente superiores as suas taxas de desemprego e inatividade. Essa menor presença das mulheres jovens no mercado de trabalho está menos relacionada ao fato delas estarem estudando mais que os homens, e mais, como bem apontando na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, à sua dificuldade de conciliar os estudos, o trabalho e as responsabilidades familiares, que continuam sendo assumidas prioritariamente, quando não exclusivamente, pelas mulheres. Como apontado pela pesquisa, as jovens se casam e têm filhos bem antes que os homens. A insuficiência de medidas adequadas, tanto em termos de políticas públicas, quanto de estratégias empresariais e formas de organização do processo de trabalho capazes de apoiar o exercício dessas responsabilidades, cria fortes tensões para as mulheres jovens, o que tem como consequência, muitas vezes, o abandono dos estudos e das tentativas de inserção no mercado de trabalho. Por último, apesar dos ganhos de escolaridade das últimas décadas, uma parcela bastante significativa das jovens brasileiras ainda se dedica a grupos de ocupações com baixa remuneração, sobretudo ao emprego doméstico, o que se configura como um desafio às políticas de geração de emprego e renda.

8. **A questão racial também suscita diferenças significativas no que se refere ao padrão de inserção no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 29 anos.** Além de ainda possuírem, em média, níveis de escolaridade um pouco mais baixos que dos brancos – uma disparidade que vem sendo reduzida –, os jovens pretos e pardos também possuem uma remuneração média advinda do trabalho inferior à dos demais, chegando a pouco mais de 80 por cento do salário médio recebido pelos jovens brancos. É necessário, assim, o fortalecimento de políticas que visem melhorar o acesso de qualidade e permanência de mulheres e negros ao mercado de trabalho, e, em especial das jovens negras, que enfrentam maiores barreiras para o acesso ao emprego, maiores taxas de informalidade e menor remuneração.
9. **Os serviços públicos de suporte e acesso ao emprego ainda atingem muito pouco a população jovem, de um modo geral, e de forma mais acentuada os jovens rurais, cujas estratégias de busca de trabalho ainda são mais tradicionais e dependentes da ajuda de amigos e parentes.** Há menos informações disponíveis entre os jovens do interior, sobretudo rural, sobre como acessar os serviços públicos de acesso ao emprego e uma maior percepção de que o governo poderia fazer mais para auxiliá-los para uma melhor inserção no mercado de trabalho. É necessário, assim, garantir a presença de serviços públicos de emprego, aprendizagem e formação, bem como de uma estrutura que auxilie esses jovens na inserção ao mercado de trabalho.
10. **As mulheres em geral, sobretudo as mais jovens (de 15 a 19 anos), indicam maior disposição para continuarem os estudos e adquirirem níveis de escolaridade mais elevados. Contudo, é também maior entre as mulheres a proporção de jovens inativas que não estudam nem desejam trabalhar no futuro¹⁷.** De uma maneira geral, a porcentagem desses jovens “nem nem” cresce conforme aumentam as faixas etárias. Não obstante, esse dado precisa ser relativizado, uma vez que os dados ligados ao histórico ocupacional dos jovens pesquisados mostraram que a relação dos jovens tanto com o mundo do trabalho como com o mundo escolar se desenvolvem através de percursos que nem sempre são lineares e contínuos. Assim, essa situação de “dupla inatividade” (não estar estudando e nem trabalhando) é muitas vezes conjuntural, e não significa “um desafilamento absoluto ou definitivo desses espaços da vida social” (SNJ, 2013, p. 19).
11. **Nesse sentido, políticas públicas que favoreçam a incorporação do aprendizado profissional ainda no ensino básico, garantindo que o término do ensino médio seja acompanhado por chances reais de ingresso ao mercado de trabalho, configuram-se como uma das medidas potencialmente mais eficazes para a futura inserção dos jovens em atividades de trabalho decente.** Como bem apontam Lobato e Labrea (2013), “os programas de estágio e aprendizado profissional devem estar acompanhados de monitoramento e avaliação realizados pela coordenação pedagógica” e acompanhados pelo Estado, “para que as empresas e os jovens possam estabelecer uma relação transparente em relação ao papel e às responsabilidades de cada um neste tipo de contrato”. A oferta de cursos profissionalizantes, assim, deve estar acompanhada de mapeamento das ocupações

¹⁷ Como apontam Abramo (2013), essa dupla “inatividade” das mulheres jovens está fortemente associada à necessidade enfrentarem as responsabilidades familiares e é agravada, entre outros fatores, pela ausência de “políticas de conciliação e corresponsabilidade, no âmbito do trabalho e da família” (Abramo, 2013, p. 42).

territoriais, “otimizando assim o interesse e a empregabilidade dos jovens nas atividades” (Lobato e Labrea, 2013, p. 37).

12. **A necessidade de programas de empreendedorismo e de acesso a crédito dirigidos para jovens** é reforçada pelos achados da TET: ao mesmo tempo em que trabalhar sozinho/a ou por conta própria é o desejo ou o lugar em que dois a cada cinco jovens se vêem no futuro, poucos o fazem da fato e em sua maioria usando recursos próprios, ou empréstimos dos pais, ou ainda começam a empreender sem reserva de recursos – ou seja, em condições desfavoráveis, do ponto de vista da sustentabilidade e perspectiva de crescimento, produtividade e rentabilidade do empreendimento.
13. **As transições da escola para o trabalho de maior sucesso foram associadas mais frequentemente com os jovens do sexo masculino, de maior nível educacional, de renda familiar mais elevada e que residem numa área urbana.** Quanto maior o nível educacional alcançado, maior é a probabilidade de se alcançar uma trajetória de trabalho ascendente. A pesquisa TET apontou que 82,7 por cento dos jovens que terminaram os estudos universitários haviam completado a transição e estavam inseridos no mercado de trabalho, em comparação com apenas 39,3 por cento dos jovens com no máximo o ensino fundamental completo. Dessa forma, as políticas públicas deveriam buscar mecanismos para continuar aumentando as taxas de permanência na escola (que já estão mostrando sinais de aumento), até que os jovens completem pelo menos o ensino médio. Para isso seria essencial oferecer os recursos necessários para que os jovens em situações de pobreza e de extrema pobreza possam se dedicar aos estudos.
14. Por fim, cabe observar, conforme evidenciado pelos dados desta TET, que a complexidade das trajetórias dos jovens brasileiros aponta para a extrapolação das categorias de etapas e de duração das transições da escola para o trabalho definidas para este estudo comparativo internacional. O fato de que mais de um quarto dos jovens considerados com transição completa ainda estejam estudando, a alta frequência de ingresso dos jovens no mundo do trabalho muito antes de terminarem os estudos, as constantes idas e vindas entre o sistema educacional e o mundo do trabalho, entre outros resultados, apontam para a importância de se repensar o pressuposto de uma trajetória linear entre formação escolar e obtenção de trabalho decente. Esta pode ser uma contribuição relevante dos que se debruçam em uma leitura mais aprofundada dos dados aqui expostos, não apenas para maior compreensão da condição juvenil no Brasil, mas também para a reflexão sobre a realidade dos jovens em outros países.

Referências

- Abramo, H. W.; Branco, P. P. (Orgs.). 2005. *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional* (São Paulo, Fundação Perseu Abramo).
- Abramo, L. 2013. “Trabalho decente e juventude no Brasil: a Construção de uma agenda”, em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): *Boletim Mercado de Trabalho*, n. 55, ago/2013.
- Corrochano, M.C.; Caetano Ferreira, M.I.; Freitas, M.V.; Sousa, R. 2008. *Jovens e Trabalho no Brasil – desigualdades e desafios para as políticas públicas* (São Paulo, Ação educativa).
- Corseuil, C.H.; Foguel, M.; Gonzaga, G.; Ribeiro, E.P. 2013. “A rotatividade dos jovens no mercado de Trabalho formal brasileiro”, em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Boletim Mercado de Trabalho*, n. 55, ago.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. *Censo 2010*; <http://censo2010.ibge.gov.br>.
- . 2008. *Pesquisa Mensal de Emprego, março de 2008*.
- Leone, E.T.; Baltar, P. 2008. “A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro”, em *R. bras. Est. Pop.*, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul./dez.
- Lobato, A. L.; Labrea, V.V. 2013. “Juventude e trabalho: contribuição para o diálogo com as políticas públicas”, em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): *Boletim Mercado de Trabalho*, n. 55, ago.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 2011. *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude* (Brasília).
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2013a. *Global employment trends for youth 2013: A generation at risk* (Genebra).
- . 2013b. *La transición de la economía informal a la economía formal*, Informe V.1. Conferencia Internacional del Trabajo 2014. 103ª reunión. Genebra.
- Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). 2013. *Pesquisa sobre Perfil e Opinião da juventude brasileira* (Brasília).

Anexo I. Definições das estatísticas do mercado de trabalho

1. As seguintes unidades são definidas de acordo com as normas da Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho:
 - a. O **ocupado** inclui todas as pessoas de 15 anos de idade ou mais que durante uma semana de referência:
 - trabalharam por salário ou lucro (em dinheiro ou em espécie) durante pelo menos uma hora;
 - estavam temporariamente ausentes do trabalho (por causa de doença, licença, estudos, uma quebra da atividade da empresa, por exemplo), mas tinham uma ligação formal com o seu emprego;
 - realizaram algum trabalho sem remuneração para o ganho familiar.
 - b. O **desempregado** inclui todas as pessoas de 15 anos de idade ou mais que satisfaçam as três condições seguintes, durante a semana de referência:
 - não trabalharam (de acordo com a definição dada acima);
 - estavam ativamente à procura de um emprego ou tomaram medidas concretas para iniciar seu próprio negócio;
 - estavam disponíveis para começar um trabalho nas duas semanas seguintes à semana de referência.
 - c. Pessoas não incluídas na categoria de ocupado nem na de desempregado são classificadas como **não pertencentes à força de trabalho** (também conhecidas como **inativas**):
2. A Classificação Internacional de Situação Profissional (CISP) categoriza a população ocupada com base em seu contrato explícito ou implícito de trabalho, como segue:
 - a. **Empregados** (também trabalhadores assalariados) são todos aqueles trabalhadores que possuem tipos de emprego definidos como “empregos de trabalho remunerado”, onde os titulares possuem contrato explícito (escrito ou oral) ou implícito que lhes dá uma remuneração básica que não é diretamente dependente do rendimento da unidade para a qual trabalham.
 - b. **Empregadores** são aqueles trabalhadores que, trabalhando por conta própria ou com um ou alguns sócios, possuem os tipos de emprego definidos como “trabalhos de auto-emprego” (ou seja, trabalhos onde a remuneração é diretamente dependente dos lucros derivados dos bens e serviços produzidos) e, nessa qualidade, envolveram de forma contínua, uma ou mais pessoas para trabalhar para eles como empregado(s).
 - c. **Trabalhadores por conta própria** são aqueles que, trabalhando por conta própria ou com um ou mais parceiros, possuem os tipos de emprego definidos como “trabalhos de auto-emprego” e não envolveram, de forma contínua, nenhum empregado para trabalhar para eles.
 - d. **Trabalhadores familiares auxiliares (não remuneraados)** são aqueles que possuem “trabalhos de auto-emprego” como trabalhadores por conta própria em um estabelecimento voltado para o Mercado, operado por uma pessoa relacionada ao mesmo domicílio em que vivem.

3. Os ocupados também são classificados por sua **ocupação** principal, de acordo com a Classificação Internacional de Tipo das Profissões (CITP-08).
4. Um **domicílio** ou **unidade domiciliar** é uma família ou outra comunidade de pessoas que declaram viver juntas e em conjunto gastam sua renda para satisfazer as necessidades básicas da vida. O conceito de unidade domiciliar inclui membros presentes no local onde o domicílio se localiza, bem como os indivíduos que estão temporariamente ausentes e que vivem em outros lugares, inclusive no exterior, para os negócios, educação ou qualquer outro, desde que a sua residência noutro país não exceda um ano. Uma pessoa que vive sozinha também pode constituir uma unidade domiciliar (“domicílio unitário”) se ele / ela já não pertencem a uma outra unidade. O domicílio unitário pode ser em um apartamento separado ou compartilhado, considerado como uma unidade independente, desde que o rendimento da pessoaresidente não seja compartilhado com outros moradores. Domicílios coletivos, tais como penitenciárias e outras instituições, e os seus membros não são considerados no inquérito às forças de trabalho.
5. **O período de referência**, ao qual as perguntas sobre a atividade econômica estão relacionados, é a semana anterior à semana da entrevista (52 semanas de referência ao longo do ano).
6. As seguintes unidades também são definidas na análise do TET, mas estão fora do escopo daqueles definidos no âmbito internacional das estatísticas do mercado de trabalho mencionados no item 1 acima:
 - a. **Desemprego ampliado** - uma pessoa sem trabalho e disponível para trabalhar (mas que não buscou um emprego, assim, relaxando os critérios de procura de emprego do item 1b acima).
 - b. **Taxa de trabalho subutilizado** - a soma de jovens no mercado de trabalho irregular, desempregados (definição relaxada) e jovens nem parte da força de trabalho, nem na educação / formação (inativos não-estudantes), como uma porcentagem da população jovem.
 - c. **Emprego regular** - a soma de empregados com um contrato (oral ou escrito) de 12 meses ou mais de duração e empregadores; os indicadores são, portanto, uma combinação de informações sobre a situação no emprego e situações de contrato.
 - d. **Emprego satisfatório** - com base na auto-avaliação do titular do emprego, implica em um trabalho em que os respondentes consideram “encaixar” na trajetória de emprego que desejam naquele dado momento.
 - e. **Emprego estável** - empregados com um contrato (oral ou escrito) de 12 meses ou mais de duração.
 - f. **Emprego temporário** - empregados com um contrato (oral ou escrito) de menos de 12 meses de duração.



O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa sobre a Transição da Escola para o mundo do Trabalho (TET), realizada com a ECO Assessoria em Pesquisas no quadro do Projeto “Work4Youth”. Este Projeto é o resultado de uma parceria de cinco anos entre a OIT e a Fundação MasterCard, cujo objetivo é promover oportunidades de trabalho decente para mulheres e homens jovens através do conhecimento e da ação. A Série de publicações W4Y foi concebida para difundir os dados e análises das pesquisas TET administradas pela OIT em 28 países, cobrindo as cinco regiões do mundo. A TET é um instrumento único de pesquisa que gera informação relevante sobre o mercado do trabalho dos jovens de 15 a 29 anos. A pesquisa recolhe informações longitudinais sobre as transições no mercado laboral, as quais mostram que nos dias de hoje os jovens, mulheres e homens, enfrentam caminhos de transição cada vez mais provisórios e indiretos para poder encontrar um emprego decente e produtivo.

A Série de publicações W4Y abrange relatórios nacionais, os quais incluem os principais resultados das pesquisas e detalhes sobre políticas atuais na área do emprego jovem a nível nacional. Além disso, são elaborados relatórios de sínteses regionais que destacam as tendências da região na transição dos jovens no mercado laboral e as diferentes políticas nacionais a respeito.

Work4Youth



Para mais informações, visite nossa página web: www.ilo.org/w4y
Programa de Emprego Jovem
4 route des Morillons
CH-1211 Genebra 22
Suíça
w4y@ilo.org

ISSN 2309-6780